Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)

Manual de Coleta

2017



Sumário

Introdução	5
1 Aspectos Metodológicos da pesquisa	6
1.1 Objetivos da pesquisa	6
1.2 Unidade de investigação e Informante	6
1.3 Período de Referência e Abrangência Geográfica	7
1.4 Instrumentos de coleta	7
2 Instruções de Preenchimento	8
2.1 Instruções Gerais	8
2.2 Instruções de preenchimento Questionário básico	9
Bloco 01 – Responsável pela Coleta	9
Bloco 02 – Identificação do Município	9
Bloco 03 – Informações da Prefeitura e do Atual Prefeito	9
Bloco 04 – Recursos Humanos	14
Bloco 05 – Habitação	17
Bloco 06 – Transporte	31
Bloco 07 – Agropecuária	46
Bloco 08 – Meio Ambiente	74
Bloco 09 – Gestão de Risco e Resposta a Desastres	94

2.3 I	nstruções de preenchimento Suplemento de Saneamento1	15
	Bloco 01 – Responsável pela Coleta1	15
	Bloco 02 – Identificação do Município1	15
	Bloco 03 – Informações da Prefeitura1	15
	Bloco 04 – Responsável pela Informação1	18
	Bloco 05 – Levantamento dos Serviços de Saneamento Básico1	19
	Bloco 06 – Dados Gerais1	26
	Bloco 07 – Abastecimento de Água1	47
	Bloco 08 – Esgotamento Sanitário1	64

Introdução

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC – que vem sendo realizada desde 1999, em 2017 vem acompanhada do Suplemento de Saneamento que visa a coletar informações específicas sobre a gestão da política pública de saneamento básico.

Este manual contém as instruções para a compreensão do objetivo dos blocos e o correto preenchimento do questionário. Estruturado em capítulos, apresenta no primeiro deles os aspectos metodológicos da pesquisa para delinear os objetivos e esboçar a estrutura da mesma situando-a em seu universo de investigação. O segundo capítulo refere-se às instruções do Questionário Básico e do Suplemento de Saneamento.

1.1 - Objetivos da Pesquisa

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais vem mantendo a concepção original de pesquisa censitária que, ocorrendo em todos os 5570 municípios brasileiros, objetiva levantar informações que permitam produzir um quadro geral sobre as administrações locais para auxiliar os gestores públicos no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais.

A MUNIC constitui uma fonte de informações para a construção de indicadores relativos aos diferentes setores da administração pública municipal. Através dela são colhidos dados sobre o aparato institucional, sobre o planejamento público, programas e ações desenvolvidos pela administração pública local e ainda sobre a oferta de serviços públicos e de infraestrutura urbana.

Tendo em vista que os municípios vêm desempenhando papel cada vez mais importante na implantação de diversas políticas setoriais, a MUNIC têm por objetivo a consolidação de uma base municipal de informações, com dados estatísticos e cadastrais atualizados e que proporcionem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo dos municípios brasileiros.

Neste ano de 2017, o Suplemento de Saneamento propõe pesquisar, junto às prefeituras de todos os municípios brasileiros, informações detalhadas sobre o desenho institucional da gestão da política de saneamento básico nos governos municipais. Entende-se por gestão municipal do saneamento básico o conjunto dos procedimentos inerentes à gestão dos serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de manejo de águas pluviais e de manejo de resíduos sólidos, abrangendo a gestão estratégica, a gestão administrativa (de pessoal, de insumos e processual), a gestão financeira e o planejamento técnico-operacional de cada tipo de serviço prestado.

1.2 - Unidade de Investigação e Informantes da Pesquisa

A unidade principal de investigação é a prefeitura municipal, composta de vários setores que fornecem as informações para a pesquisa.

O informante principal em cada município é a prefeitura através dos diversos setores que a compõem. Como esses setores têm, frequentemente, um relativo grau de autonomia de ação, as informações coletadas são, da mesma maneira, respondidas pelos diferentes setores e por diferentes pessoas. Assim, as informações coletadas nos municípios são, em geral, resultado de uma consulta a diversas pessoas que detêm as informações específicas de cada órgão público municipal.

Para o Suplemento de Saneamento, o informante principal no município é o órgão gestor da política de saneamento básico no município (secretaria, setor, departamento, coordenadoria, assessoria ou similar). As informações coletadas são respondidas pelo responsável pelo órgão gestor do saneamento básico, ou por quem ele indicar.

1.3 - Período de Referência e Abrangência Geográfica da Pesquisa

A data de referência da pesquisa é o momento em que ela vai a campo, ou seja, o dia da entrevista no ano de 2017, excetuando-se somente aqueles quesitos em que possa haver menção explícita à data ou período. Nestes casos, fica adotado o que consta no quesito.

Quanto à abrangência geográfica, a MUNIC investiga o universo dos 5570 municípios instalados e existentes no território nacional em 2017.

1.4 - Instrumentos de Coleta

Em sua edição de 2017, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC - vai a campo com o Questionário Básico investigando os seguintes temas relativos ao poder público municipal: informações da prefeitura e do atual prefeito, recursos humanos, habitação, transporte, agropecuária, meio ambiente e gestão de riscos e resposta a desastres. Os temas deverão ser respondidos por pessoa qualificada da própria prefeitura onde está sendo efetuada a coleta de informações.

O Suplemento de Saneamento busca coletar informações sobre o desenho institucional da gestão da política de saneamento básico dos governos municipais na área.

2. Instruções de Preenchimento

2.1 Instruções Gerais

- ✓ as expressões e os conceitos usados nos quesitos que demandam um esclarecimento ou definição constam no próprio questionário, para facilitar tanto ao agente de coleta quanto ao informante, em caso de dúvida;
- ✓ os questionários devem ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta, em letra de forma e maiúscula;
- ✓ somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso, poderão ser utilizadas abreviaturas;
- √ os campos numéricos devem ser preenchidos da direita para a esquerda,

Exemplo:				
			4	5

√ os campos numéricos devem ser preenchidos com 0 (zero) quando a quantidade perguntada no quesito for nula,

Exemplo:				
				0

√ nos campos numéricos, quando existir a informação e o informante não souber a quantidade exata, o técnico deve preencher todo o campo com 8,

Exemplo:						
	8	8	8	8	8	8

- ✓ em alguns quesitos, existem comandos que determinam a sua sequência. Estes comandos apresentam-se de duas formas: sob a forma de setas ou comandos redigidos ao lado das quadrículas;
- √ não pode haver quesito EM BRANCO exceto nos SALTOS previstos no questionário e no Bloco 03, os quesitos 4 (Número), 5 (Complemento) e 6 (Bairro);
- √ no final de todos os blocos do questionário há um quesito de preenchimento obrigatório, que se refere à identificação do informante;
- √ no caso do suplemento, a identificação do informante encontra-se no início do questionário.

2.2 Instruções de Preenchimento do Questionário Básico

► BLOCO 01 - RESPONSÁVEL PELA COLETA

Bloco de preenchimento obrigatório com o nome e o número do SIAPE e telefone do técnico do IBGE responsável pela coleta das informações e as datas de início e término da coleta.

► BLOCO 02 - IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Bloco de preenchimento obrigatório com o código numérico da Unidade da Federação a que o município pertence, o código numérico e o DV do município onde está sendo efetuada a coleta de informações e o **nome completo do município**.

► BLOCO 03 - INFORMAÇÕES DA PREFEITURA E DO ATUAL PREFEITO

Objetivo

Obter as informações cadastrais da prefeitura e traçar um perfil dos gestores municipais. É observada a distribuição por gênero, grupo etário, nível de escolaridade e partido político dos dirigentes municipais e, além disso, a composição de um painel da situação do atual mandato no tocante à reeleição.

Quesito 1 - CNPJ da prefeitura:

Registre o número do CNPJ da prefeitura.

Quesito 2 - Telefone da prefeitura:

Registre o número do DDD e do telefone da prefeitura.

Quesito 3 - Logradouro:

Registre o tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia, praça, etc.) e o nome do logradouro, por extenso, onde está localizada a prefeitura. Somente nos casos em que os campos

disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso do endereço, poderão ser utilizadas abreviaturas, como por exemplo: R. (rua), Av. (avenida) e Pç (praça), etc.

Quesito 4 - Número:

Registre o número do prédio onde está localizada a prefeitura. Caso o prédio não possua numeração, o quesito pode ficar em branco.

Quesito 5 – Complemento:

Registre o tipo de complemento (bloco, grupo, andar, sala, loja, etc), deixando, se possível, um espaço em branco entre as palavras. *Caso não possua complemento, o quesito pode ficar em branco.*

Exemplo:



Quesito 6 - Bairro:

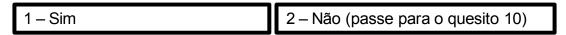
Registre o nome do bairro por extenso. Caso o município não possua divisão por bairro, o quesito pode ficar em branco.

Quesito 7 - CEP:

Registre o CEP do logradouro onde está localizada a prefeitura.

Quesito 8 - A prefeitura tem e-mail?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 - E-mail da prefeitura:

Se a prefeitura possui e-mail, informar o endereço do e-mail.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

Exemplo: gabinete.pmj@jau.sp.gov.br

Quesito 10 - Nome do(a) atual prefeito(a):

Registre o nome do(a) prefeito(a) sem utilizar abreviaturas.

Pode ser informado o nome pelo qual o(a) prefeito(a) concorreu à eleição.



Apesar de parecer que há muita liberdade, existem regras previstas por lei para a escolha do nome de urna, aquele que aparecerá na urna ao digitar o número do candidato. Este nome é solicitado no pedido de registro de candidatura, junto com outras informações, como nome completo, número de candidato, título de eleitor, etc.

Segundo o artigo 31 da Resolução nº 23.455, de 15 de dezembro de 2015, do Tribunal Superior Eleitoral, o nome de urna do candidato deve ter no máximo 30 caracteres, incluindo os espaços entre os nomes, e podem ser utilizados os primeiros nomes, o sobrenome, o nome abreviado, um apelido ou nome pelo qual o candidato é mais conhecido. É importante lembrar que o nome escolhido não pode deixar dúvidas sobre a identidade do candidato, e é o juiz eleitoral quem aceita ou não o nome de urna, assim como todo o pedido de registro de candidatura.

Quesito 11 – O(a) prefeito(a) atual estava em exercício do mandato de prefeito(a) neste município em 2016?

Este quesito investiga se o(a) prefeito(a) eleito(a) para o mandato de 2017/2020, era a pessoa que exercia o cargo no ano de 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 12 – Sexo do(a) prefeito(a):

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 13 – Idade do(a) prefeito(a):

Registre a idade do(a) prefeito (a).

Nas eleições municipais em 2016, quem se candidatou para o cargo de prefeito(a) teve de cumprir o requisito de ter pelo menos 21 anos de idade (no momento da posse do cargo disputado).



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) prefeito(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 14 - Escolaridade do(a) prefeito(a):

Assinale, conforme o caso, a opção:

Assinale, conforme o caso, a opção:					
1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto	do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).				
2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo	do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).				
3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.				
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.				
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.				
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.				
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) e stricto sensu, que compreende mestrado e doutorado, concluídos .				

Quesito 15 – Partido pelo qual o(a) prefeito(a) foi eleito(a):

Informe o código numérico correspondente ao partido pelo qual o(a) prefeito(a) foi eleito(a).

10	PRB	11	PP	12	PDT	13	PT
14	РТВ	15	PMDB	16	PSTU	17	PSL
18	REDE	19	PTN	20	PSC	21	РСВ
22	PR	23	PPS	25	DEM	27	PSDC
28	PRTB	29	PCO	30	NOVO	31	PHS
33	PMN	35	PMB	36	PTC	40	PSB
43	PV	44	PRP	45	PSDB	50	PSOL
51	PEN	54	PPL	55	PSD	65	PC DO B
70	PT DO B	77	SD	90	PROS		

Quesito 16 - Nome do responsável pela informação:

Registre o nome do responsável pela informação.

Quesito 17 - Cargo do responsável pela informação:

Registre o cargo exercido na prefeitura pelo responsável pela informação.

Quesito 18 - E-mail do responsável pela informação:

Registre o e-mail/endereço eletrônico do responsável pela informação.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

Exemplo: joão.silva@gmail.com, mariasilva@terra.com.br

Quesito 19 – Telefone do responsável pela informação:

Registre o número do DDD e do telefone do responsável pela informação.

Assinatura do responsável pela informação:

Obrigatoriamente assinado por quem prestou as informações.

▶ BLOCO 04 – RECURSOS HUMANOS

Objetivo

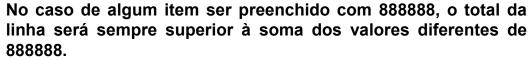
Registro de todas as pessoas ocupadas na administração direta e administração indireta, caso exista, por vínculo empregatício.

NOS QUESITOS 1 e 3:



Quando o valor de algum item for desconhecido, preencher com 888888. É necessária atenção no preenchimento dos itens no sistema, neste caso, pois todo o campo terá de ser preenchido com o número 8.

Caso não existam valores em quaisquer dos itens, registre 0 (zero) no último campo à direita.





Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total
1.1.	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6.
2		8 8 8 8 8 8		8 8 8 8 8 8	1 8

Quesito 1 – Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração direta municipal por vínculo empregatício:

Administração direta - A administração Direta ou Centralizada é formada pelos serviços integrados na estrutura do município, constitui-se do Gabinete do Prefeito e das Secretarias Municipais.

Registre a quantidade de:

1.1 - Estatutários servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).

1.2 - Celetistas	servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
1.3 – Somente comissionados	é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo. Tem como vínculo com a prefeitura, apenas o cargo comissionado que exerce.
1.4 - Estagiários	é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público e particular, no nível superior ou no ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitos na administração pública municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação profissional.
1.5 – Sem vínculo permanente	é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço autônomo, o voluntário, dentre outros.
1.6 - Total	somatório dos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, se todos os itens forem diferentes de 888888.

Quesito 2 – Existe administração indireta municipal?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 4)

Administração indireta - representa o conjunto de entes públicos municipais dotados de personalidade jurídica própria, que são chamadas de entidades administrativas, como as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas.

Quesito 3 – Registre a quantidade de pessoas ocupadas na administração indireta por vínculo empregatício:

Existindo administração indireta no município, registre a quantidade de:

	,
3.1 - Estatutários	consider regide pole Pogime Jurídice (Ípice (P.H.I)
3.1 - EStatutanos	servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).

3.2 - Celetistas	servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
3.3 – Somente comissionados	é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo. Tem como vínculo com a prefeitura , apenas o cargo comissionado que exerce.
3.4 - Estagiários	é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público e particular, no nível superior ou no ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitos na administração pública municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação profissional.
3.5 – Sem vínculo permanente	é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço, o voluntário, dentre outros.
3.6 - Total	somatório dos itens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, se todos os itens forem diferentes de 888888.

Quesito 4 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Recursos Humanos já foi identificada em outro Bloco do questionário.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim informar em qual Bloco a pessoa foi identificada.2 - Não informar o nome, cargo, telefone e assinar.

BLOCO 05 - HABITAÇÃO

Objetivo

Conhecer a estrutura organizacional para tratar do tema, instrumentos voltados para a política, programas ou ações para atender as necessidades locais e a existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais e algumas características do cadastro.

Quesito 1 – O órgão responsável pela habitação no município caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo municipal de primeiro escalão que, embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria municipal exclusiva

quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 6)

quando não existe estrutura organizacional na prefeitura para a gestão da política no município.

Exemplos de preenchimento dos quesitos 1 e 2:

A política de habitação é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Habitação.

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Nome do órgão gestor da habitação: Secretaria Municipal de Habitação.

2) A política de habitação é desenvolvida junto com a de desenvolvimento urbano na Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais:

Nome do órgão gestor da habitação: Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

3) A política de habitação está alocada como um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor da habitação: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4) A política de habitação está alocada como um departamento da Diretoria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor da habitação: Diretoria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano.

5) A política de habitação está alocada junto ao Gabinete do Prefeito.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor da habitação: Gabinete do Prefeito.

6) Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para tratar da política de habitação.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor da habitação: em branco.

Quesito 2 – Nome do órgão gestor da habitação:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, registre o nome do órgão gestor da política de habitação.

Quesito 3 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, informe o sexo do(a) titular do órgão gestor

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 4 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, informe a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 5 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de habitação, informe a escolaridade do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto	do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).
2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo	do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).
3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.
8 - Mestrado	mestrado concluído.
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 6 – O município possui Plano Municipal de Habitação?

Assinale, conforme o caso, a opção:

2 – Sim

mesmo que o plano seja elaborado em conjunto com outra política.

2 – Não (passe para o quesito 8)

Plano Municipal de Habitação - é um conjunto de objetivos, metas, diretrizes e instrumentos de ação e intervenção que expressam a orientação do planejamento local do setor habitacional, tendo por base o entendimento dos principais problemas habitacionais identificados no município. Tem como objetivo promover o planejamento das ações no setor habitacional e deve apontar metas e prioridades de atendimento e apresentar um plano de ação para a gestão municipal.

Exemplos:

Plano Municipal de Habitação de São Paulo (link de acesso: http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/plano municipal habitacao.pd).

Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis (**link de acesso:** http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/20_04_2012_9.11.56.ee78f5a3bf71 92aaed15a061ce334e64.pdf).

Quesito 6.1 – O Plano Municipal de Habitação é articulado com o Plano Diretor?

Se o município possui Plano Municipal de Habitação, informe se a elaboração do plano foi feita de forma articulada com o Plano Diretor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não 3 - O município não possui Plano Diretor

Plano Diretor - instrumento de planejamento urbanístico, que tem por função sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território municipal, visando o bem-estar da comunidade local.

Quesito 7 – São aspectos do Plano Municipal de Habitação:

Se o município possui Plano Municipal de Habitação, informe aspectos da política habitacional que são tratados no plano.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

7.1 - Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade

articulação das ações de habitação com políticas urbanas e sociais, incluindo o acesso a equipamentos sociais (equipamentos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, assistência social, dentre outros) e de infraestrutura (rede telefônica, saneamento, energia, transporte, atividades de produção e comercialização de bens e serviços, dentre outras), bem como a proteção dos recursos naturais e da paisagem.

7.2 - Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes aproveitamento da infraestrutura e edificações já existentes revertendo a tendência de expulsão da população de baixa renda para áreas do município menos dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.

7.3 - Promover a urbanização e recuperação física de favelas e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existentes

através de ações de urbanização, assistência técnica à autoconstrução e de crédito para reforma, ampliação ou melhoria das habitações, bem como a regularização fundiária (processo de intervenção pública que objetiva legalizar a permanência da população que reside em áreas ocupadas em desconformidade com a lei).

7.4 - Garantir, no caso de necessidade de remoção de área de risco ou por necessidade de obra de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas

atendimento à população que vive em área de risco, a remoção, sendo encaminhada para residências provisórias até o seu reassentamento definitivo.

7.5 - Coibir novas ocupações por assentamentos habitacionais nas áreas inadequadas para essa finalidade nas áreas de preservação ambiental e de mananciais, nas remanescentes de desapropriação, nas de uso comum do povo e nas áreas de risco, oferecendo alternativas habitacionais em locais apropriados e a destinação adequada a essas áreas.

7.6 - Produção de novas unidades habitacionais de interesse social

produção de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia.

7.7 - Articular as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando a otimização dos recursos disponíveis

viabilizar a atuação integrada e articulada, do ponto de vista institucional e financeiro, com os demais níveis de governo.

7.8 - Priorizar ações nas áreas de risco

priorização de ações de melhoria habitacional ou relocação de moradias que se encontram em áreas de riscos.

7.9 - Outros

Quesito 8 – O município realizou alguma Conferência Municipal de Habitação nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município realizou, nos últimos 4 anos (2013, 2014, 2015 ou 2016), a Conferência Municipal de Habitação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 9)

Conferências Municipais de Habitação - são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização das diretrizes da política municipal de habitação. Sua principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades da política pública habitacional. A diretriz de toda conferência deve ser assegurar ampla participação da sociedade na elaboração da política habitacional municipal.

Quesito 8.1 - Foram consideradas como elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Municipal de Habitação as deliberações das conferências realizadas?

Se realizou alguma Conferência Municipal de Habitação, informe se as deliberações das conferências foram elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Municipal de Habitação.

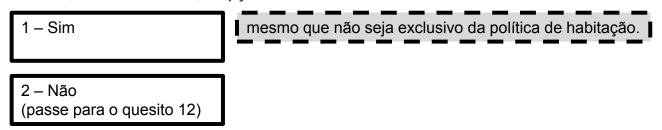
Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim
2 - Não
3 - Não, as conferências foram realizadas após a elaboração do plano

4 - O município não possui plano

Quesito 9 – O município possui Conselho Municipal de Habitação ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos municipais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do município. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu município (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselho Municipal de Habitação e Política Urbana, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Conselho Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Interesse Social

Quesito 9.1 - Lei/ano de criação:

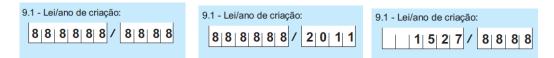
Se o município possui Conselho Municipal de Habitação, informe o número da lei e ano de criação do conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

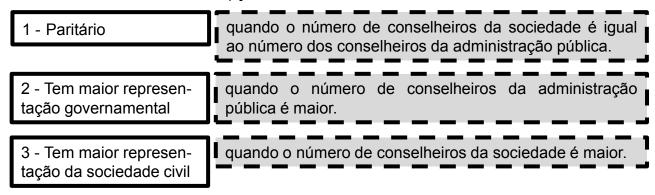
Exemplo:



Quesito 9.2 - O Conselho é:

Se o município possui Conselho Municipal de Habitação, informe a composição do conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 10 - Caráter do Conselho:

Se o município possui Conselho Municipal de Habitação, informe o caráter do conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
 10.2 - Deliberativo
 é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

10.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
10.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 11 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Habitação nos últimos 12 meses:

Se o município possui Conselho Municipal de Habitação, informe a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 12 - O município possui Fundo Municipal de Habitação ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 14)

Fundos - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 12.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Habitação ou similar?

Se o município possui Fundo Municipal de Habitação, este quesito investiga se o conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Habitação.

Um Fundo requer que sua gestão seja feita por um Conselho cuja composição e competência são definidas, caso a caso, nas leis que criam o Fundo. A possibilidade de uma gestão mais aberta com representantes de diferentes interesses tem levado a que muitos governos encontrem nessa combinação, Fundo + Conselho, uma solução para determinadas demandas populares em relação ao controle externo e a definição de prioridades de ação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não 3 - O fundo possui um conselho gestor próprio

Quesito 13 - O Fundo Municipal de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais?

Se o município possui Fundo Municipal de Habitação, informe se o Fundo reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais. Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não

Exemplo de recursos de outras fontes:

- 1) Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- 2) Recursos provenientes de entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais, dentre outras.

Quesito 14 – A prefeitura possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?

Este quesito investiga a existência de cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, criado para orientar e subsidiar a política habitacional do município.

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos. Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 – Não (passe para o quesito 15)

se o cadastro existente for apenas o Cadastro do Bolsa Família.

Quesito 14.1 – Em que ano foi realizado?

Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe o ano em que foi realizado o cadastro ou o levantamento.



No preenchimento do ano de realização do cadastro, quando desconhecido, preencher o campo com 8888.

Quesito 14.2 – O cadastro é informatizado?

Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe se o cadastro ou levantamento é informatizado.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não

quando existir apenas uma listagem feita em papel ou software de edição de texto (word, libre ofice writer, dentre outros).

Quesito 14.3 – O cadastro inclui a natureza do benefício habitacional pretendido pelas famílias?

Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe se no cadastro ou no levantamento é informada a natureza do benefício habitacional pretendido pelo inscrito.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim

2 - Não

Benefício habitacional – constituído por subsídios financeiros, regularização fundiária, materiais para construção, ampliação e reforma de moradias, dentre outros.

Quesito 15 – Existem no município:

Este quesito investiga **se o(a) gestor(a) municipal considera** que no território do município existem favelas, mocambos, palafitas, cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, loteamentos irregulares e/ou clandestinos e/ou ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

15.1 – Favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados

conjunto de habitações populares precariamente construídas e desprovidas de infraestrutura (rede de esgoto, de abastecimento de água, de energia, de posto de saúde, de coleta de lixo, de escolas, de transporte coletivo etc.).





15.2 – Cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco

é a denominação dada a uma casa cujos cômodos são alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família.



15.3 – Loteamentos irregulares e/ou clandestinos

são aqueles sem autorização, seja porque os órgãos públicos competentes não têm conhecimento de sua existência ou, quando levado a seu conhecimento não adquire a aprovação para sua implementação e comercialização.



15.4 – Ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia

invasão de imóveis públicos ou privados, urbanos e rurais.



15.5 - Nenhum dos itens

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 16 – Foram realizados pela prefeitura, no ano de 2015 e/ou 2016, programas ou ações de:

Este quesito investiga se a prefeitura realizou, **por sua iniciativa exclusiva ou em parceria com outras instituições**, programas ou ações habitacionais, nos anos de 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

16.1 – Construção de unidades habitacionais	construção de unidades habitacionais isoladas e agrupadas para redução do déficit habitacional.
16.2 – Aquisição de unidades habitacionais	aquisição de unidades, ou concessão de crédito e subsídios para aquisição de unidades habitacionais.
16.3 – Melhoria de unidades habitacionais	conjunto de ações voltadas para apoiar a construção, reforma e/ou ampliação de unidades habitacionais de forma a melhorar a qualidade das unidades habitacionais.
16.4 – Oferta de material de construção	oferta de material de construção para construção ou melhoria de unidades habitacionais.
16.5 – Oferta de lotes	oferta de lotes subsidiados ou não.
16.6 – Regularização fundiária	promove ações que propiciem a regularização fundiária de unidades habitacionais, concretizando o direito à moradia.
16.7 – Urbanização de assentamentos	atuação em assentamentos precários passíveis de urbanização e regularização, visando à melhoria das condições de moradia, integração urbana articulada ao desenvolvimento urbano, prevendo a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos.
16.8 – Nenhum dos programas ou ações	se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Regularização fundiária - conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Lei Federal nº 11.977/2009).

Quesito 17 – A prefeitura tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social?

Assinale, conforme o caso, a opção:

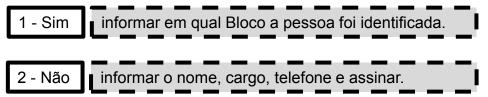
1 - Sim 2 - Não

Aluguel social - é um benefício assistencial de caráter temporário, que pode ser pago pelas prefeituras, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública. O benefício é concedido normalmente por um prazo de 6 (seis) meses, podendo ser renovado.

Quesito 18 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Habitação já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não, identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:



▶ BLOCO 06 – TRANSPORTE

Objetivo

Obter informações sobre a estrutura organizacional e instrumentos para a ação municipal na política de transporte, a interlocução com a sociedade civil através da existência do Conselho Municipal, e os serviços de transporte de passageiros existentes no município.

Quesito 1 – O órgão responsável pelo transporte no município caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo municipal de primeiro escalão que, embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria municipal exclusiva

quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais

quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 6)

quando não existe estrutura organizacional na prefeitura para a gestão da política no município.

Exemplos de preenchimento dos quesitos 1 e 2:

1) A política de transporte é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Transporte.

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Nome do órgão gestor do transporte: Secretaria Municipal de Transporte.

2) A política de transporte é desenvolvida junto com a de trânsito e mobilidade na Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais:

Nome do órgão gestor do transporte: Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade.

3) A política de transporte está alocada como um departamento da Coordenação de Desenvolvimento, Planejamento e Mobilidade Urbana, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do transporte: Coordenação de Desenvolvimento, Planejamento e Mobilidade Urbana.

4) O transporte está alocado como um departamento da Secretaria Municipal de Mobilidade.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do transporte: Secretaria Municipal de Mobilidade.

5) A política de transporte está alocada junto ao Gabinete do Prefeito.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor do transporte: Gabinete do Prefeito.

6) Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para tratar da política de transporte.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do transporte: em branco.

Quesito 2 – Nome do órgão gestor do transporte:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, registre o nome do órgão gestor da política de transporte.

Quesito 3 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, este quesito investiga o sexo do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 4 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, este quesito investiga a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 5 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de transporte, este quesito investiga a escolaridade do(a) do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

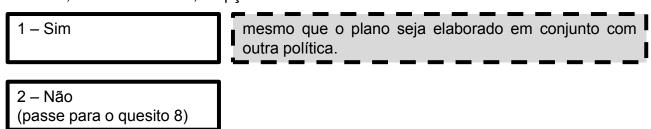
1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto	do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).	
2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo	do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).	
3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.	
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.	
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.	
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.	
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.	

8 - Mestrado	mestrado concluído.
	,
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 6 – O município possui Plano Municipal de Transporte?

Este quesito investiga a existência de Plano Municipal de Transporte.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Plano Municipal de Transporte - estabelece diretrizes, políticas, conceitos e regras para a circulação viária e para o sistema de transportes de maneira integrada, e as ações devem ser planejadas em termos de tempo e de recursos. A melhoria da qualidade de vida da população deve ser o principal eixo da política definida no Plano de Transportes.

Exemplos:

Plano Municipal de Circulação Viária e de Transportes de São Paulo (link de acesso: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/pmcvt _1423747438.pdf).

Plano Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana de Bento Gonçalves (link de acesso: http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/pagina/plano-de-mobilidade-urbana-planmob)

Plano Municipal de Transporte Coletivo Urbano, Plano Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado, Plano Municipal de Transporte e Trânsito.

Quesito 7 – São aspectos do Plano Municipal de Transporte:

Se o município possui Plano Municipal de Transporte, este quesito investiga seus aspectos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

7.1 - A política de circulação viária e de transportes do município

diretrizes, conceitos e regras para a circulação viária e para o sistema de transportes.

7.2 - A estrutura e a forma de organização do sistema de transporte de passageiros, bem como suas regras básicas de funcionamento

ações para a organização do transporte de passageiros, visando sua melhoria, assim como diretrizes, conceitos e regras de funcionamento.

7.3 - A política tarifária

conjunto de medidas, regras e normas estabelecidas pelo poder público que delimitam a forma de financiamento da operação do sistema de transporte público e a cobrança de contrapartida financeira por parte dos usuários

7.4 - A estrutura, a forma de organização e as normas de utilização do espaço viário de uso público

diretrizes, conceitos e regras para proporcionar um uso eficiente e seguro do sistema viário para a movimentação de pessoas e bens envolvida na atividade social, controlando os impactos sociais

7.5 - O uso pelo pedestre e pelo ciclista do espaço viário de uso público

ações para a organização e demarcação de uma rede contínua de corredores para o uso adequado de pedestres e ciclistas, indicação das áreas que devem ser produto de intervenções de implantação e melhorias nas calçadas e nas vias cicláveis.

Quesito 8 – O município realizou alguma Conferência Municipal de Transporte nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município realizou, nos últimos 4 anos (2013, 2014, 2015 ou 2016), a Conferência Municipal de Transporte.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

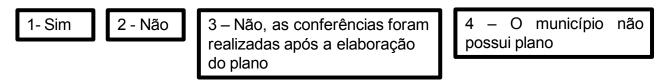
2 – Não (passe para o quesito 9)

Conferências Municipais de Transporte - são espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização das diretrizes da política municipal de transporte. Sua principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades da política pública de transporte. A diretriz de toda conferência deve ser assegurar ampla participação da sociedade na elaboração da política municipal de transporte.

Quesito 8.1 – Foram consideradas como elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Municipal de Transporte as deliberações das conferências realizadas?

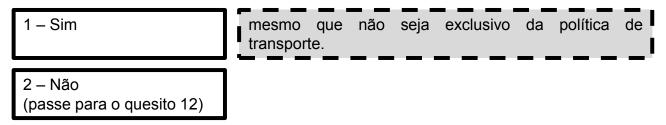
Se o município realizou alguma Conferência Municipal de Transporte, este quesito investiga se as deliberações das conferências foram consideradas como elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Municipal de Transporte.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 – O município possui Conselho Municipal de Transporte ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos municipais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do município. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu município (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Municipal de Trânsito e Transportes, Conselho de Transporte e Mobilidade.

Quesito 9.1 - Lei/ano de criação:

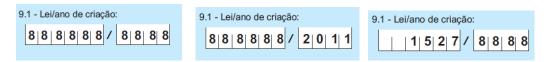
Se o município possui Conselho Municipal de Transporte, este quesito investiga o número da lei e ano de criação do Conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

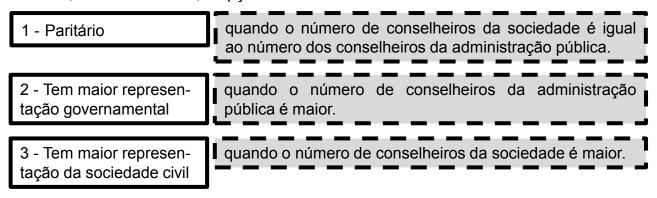
Exemplo:



Quesito 9.2 - O Conselho é:

Se o município possui Conselho Municipal de Transporte, este quesito investiga a composição do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 10 - Caráter do Conselho:

Se o município possui Conselho Municipal de Transporte, este quesito investiga o caráter do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

10.1 - Consultivo	é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
10.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
10.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
10.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 11 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Transporte nos últimos 12 meses:

Se o município possui Conselho Municipal de Transporte, este quesito investiga a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 12 - O município possui Fundo Municipal de Transporte ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 14)

Fundos - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 12.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Transporte ou similar?

Se o município possui Fundo Municipal de Transporte, este quesito investiga se o conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Transporte.

Um Fundo requer que sua gestão seja feita por um Conselho cuja composição e competência são definidas, caso a caso, nas leis que criam o Fundo. A possibilidade de uma gestão mais aberta com representantes de diferentes interesses tem levado a que muitos governos encontrem nessa combinação, Fundo + Conselho, uma solução para determinadas demandas populares em relação ao controle externo e a definição de prioridades de ação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não 3 - O fundo possui um conselho gestor próprio

Quesito 13 - O Fundo Municipal de Transporte tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses?

Se o município possui Fundo Municipal de Transporte, este quesito investiga se o Fundo tem financiado ações e projetos para questões do transporte nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não

Exemplos de ações e projetos:

- 1) aquisição de veículos, barcas e afins;
- 2) obras civis e equipamentos de vias segregadas, vias exclusivas, faixas exclusivas e corredores dos sistemas de veículos sobre trilhos e pneus, inclusive sinalização;
- 3) construção ou modernização de terminais, incluindo bicicletários e garagens junto aos locais de integração dos modais;

- 4) construção ou manutenção de abrigos nos pontos de parada de transporte público coletivo de passageiros;
- 5) aquisição ou implantação de equipamentos e sistemas de informática e/ou telecomunicações, inclusive tecnologias que otimizem a integração, controle e modernização do sistema de transporte público coletivo, como bilhetagem eletrônica e central de controle operacional;
- 6) implantação, calçamento, pavimentação, recapeamento de vias locais, coletoras, arteriais, estruturantes e exclusivas de pedestres, que beneficiem diretamente a circulação, a acessibilidade e a mobilidade urbana, incluindo ciclofaixas, ciclovias e circulação de pedestres, dentre outras.

Quesito 14 – Indique dos serviços regulares de transporte de passageiros abaixo relacionados, os existentes no município:

Este quesito investiga os serviços **regulares** (que ocorrem com alguma regularidade) de transporte de **passageiros** existentes no município.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

14.1 - Barco	
14.2 - Metrô	inclusive metrô de superfície.
14.3 - Mototáxi	transporte individual no qual os passageiros têm ampla escolha de local de embarque ou desembarque, é semelhante ao táxi, porém utilizando uma motocicleta em vez de um carro
14.4 - Táxi	automóvel destinado ao transporte de passageiros e provido de um taxímetro.
14.5 - Trem	
14.6 - Van	inclua neste item o transporte de passageiros feito por van, kombi, perua, veraneio e outros.
14.7 - Avião	
14.8 – Nenhum dos relacionados	se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 15 – Existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal?

Este quesito investiga a existência dos serviços de transporte coletivo por ônibus intramunicipal, ou seja, os que circulam apenas dentro dos limites do município, fazendo o transporte entre bairros, distritos, localidades, etc.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não (passe para o quesito 19)

Quesito 15.1 – Especifique o tipo de regulamentação: (admite múltipla marcação)

Se existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal, este quesito investiga o tipo de regulamentação do serviço.

Assinale, conforme o caso, a opção:

15.1.1 - Concessão

a concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, **mediante licitação**, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

15.1.2 - Permissão

permissão de serviço público é a delegação, a título precário (é o modo de conceder, usar ou gozar alguma coisa por mero favor ou permissão, sem constituir um direito), **mediante licitação**, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco (lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

15.1.3 - Autorização

é um ato administrativo por meio do qual a administração pública possibilita ao particular a realização de alguma atividade de predominante interesse deste.

15.1.4 - Serviço prestado diretamente pela prefeitura

quando o serviço é prestado diretamente pelo poder público municipal.

15.1.5 - Não regulamentado

Quesito 15.2 e 15.3 – Foi concedida através de licitação?

Se existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal, e sendo regulamentado por concessão ou permissão, este quesito investiga se foram concedidas através de licitação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

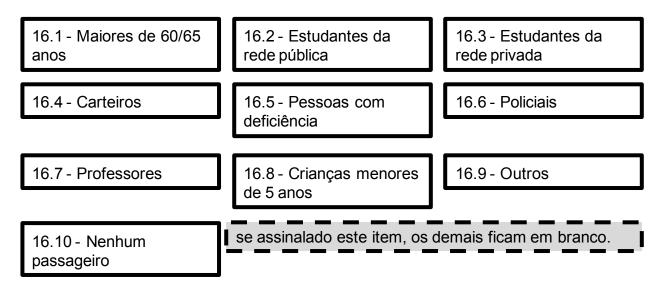
1 - Sim 2 - Não

Licitação - é um processo administrativo que visa assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público. A licitação é disciplinada por lei (Lei 8666 de 1993). Esta estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público.

Quesito 16 – Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais possuem isenção formal da tarifa do ônibus?

Se existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal, este quesito investiga os passageiros que possuem isenção de tarifa.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 17 – A frota de ônibus municipais está adaptada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?

Se existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal, este quesito investiga se a frota está adaptada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Parcialmente adaptada

quando apenas parte da frota é adaptada.

2 – Totalmente adaptada

quando toda a frota é adaptada .

3 – Sem adaptação (passe para o quesito 19)

nenhum veículo da frota tem adaptação.

Quesito 18 – Qual o tipo de adaptação para o embarque e desembarque adotada?

Se existe no município transporte coletivo por ônibus intramunicipal e com a frota adaptada, este quesito investiga o tipo de adaptação da frota.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

18.1 - Piso baixo



18.2 - Piso alto com acesso realizado por plataforma de embarque/desembarque



18.3 - Piso alto equipado com plataforma elevatória veicular



18.4 - Não sabe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 19 – Existe no município transporte coletivo por ônibus intermunicipal?

Este quesito investiga a existência de serviços de transporte coletivo por ônibus intermunicipal, ou seja, os que circulam entre dois os mais municípios.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 20)

Quesito 19.1 – Este transporte coletivo atende também ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município?

Se existe no município transporte coletivo por ônibus intermunicipal, este quesito investiga se este transporte atende também ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 20 – Existe ciclovia no município?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Ciclovia - pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com separação física do tráfego comum e dos pedestres numa faixa exclusiva delimitada com obstáculos físicos, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo plano da pista de rolamento ou no nível da calçada.

Quesito 21 – Existe bicicletário público no município?

Este quesito investiga a existência de bicicletário instalado, em qualquer área ou local, pelo poder público municipal.

Assinale, conforme o caso, a opção:

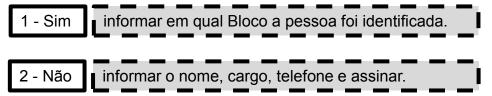
1 - Sim 2 - Não

Bicicletário - local exclusivo para o estacionamento de bicicletas.

Quesito 22 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Transporte já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não, identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:



► BLOCO 07 – AGROPECUÁRIA

Objetivo

Obter informações sobre a estrutura organizacional e instrumentos para a ação municipal na política agropecuária e fornecer informações adicionais às pesquisas agropecuárias realizadas pelo IBGE.

Quesito 1 – O órgão gestor da política agropecuária caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo municipal de primeiro escalão que embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria municipal exclusiva (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional | da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 7)

quando não existe estrutura organizacional na prefeitura para a gestão da política no município.

Exemplos de preenchimento dos quesitos 1, 2 e 3:

1) A política agropecuária é desenvolvida pela Secretaria Municipal da Política Agropecuária.

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Em branco:

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Secretaria Municipal da Política Agropecuária.

2) A política de agropecuária é desenvolvida junto com a de abastecimento na Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais:

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Abastecimento;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

3) A agropecuária está alocada como um departamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Meio Ambiente:

Nome do órgão gestor da política agroecuária: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

 A política de agropecuária está alocada como um departamento da Coordenação de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Desenvolvimento Rural e Abastecimento;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Coordenação de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

5) A política de agropecuária está alocada junto ao Gabinete do Prefeito.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou subordinada: Em branco;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: Gabinete do Prefeito.

6) Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para tratar da política de agropecuária.

Caracterização: Não possui estrutura;

Secretaria ou setor o qual a política agropecuária está associada ou

subordinada: Em branco;

Nome do órgão gestor da política agropecuária: em branco.

Quesito 2 – A que secretaria ou setor a agropecuária está associada ou subordinada?

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, caracterizado como secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais ou setor subordinado a outra secretaria, este quesito investiga a quais políticas a agropecuária está associada (secretaria municipal em conjunto com outras políticas) ou subordinada (setor subordinado a outra secretaria).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

2.1 – Meio ambiente		2.2 - Deser	nvolvimento econômico
2.3 - Trabalho		2.4 - Deser	nvolvimento rural
2.5 - Abastecimento		2.6 - Admin	istração
2.7 - Finanças	2.8 - Pesca		2.9 - Outra

Quesito 3 – Nome do órgão gestor da política agropecuária:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, registre o nome do órgão gestor da política agropecuária.

Quesito 4 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, este quesito investiga o sexo do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino 2 - Feminino

Quesito 5 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, este quesito investiga a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 6 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

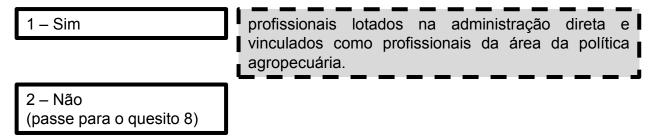
Se existe órgão gestor para a política de agropecuária, este quesito investiga a escolaridade do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto	do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).
2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo	do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).
3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização
	incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) concluídos.
O. Mastanda	
8 - Mestrado	mestrado concluído.
9 - Doutorado	doutorado concluído.

Quesito 7 – A prefeitura possui, em seu quadro de funcionários efetivos, algum servidor com formação voltada para a agropecuária, no intuito de apoiar esta atividade no município?

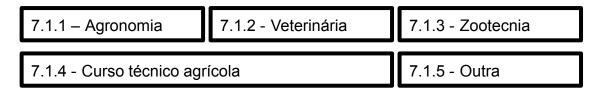
Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 7.1 – Qual a formação?

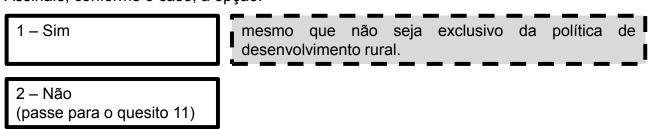
Se a prefeitura possui servidor com formação voltada para a agropecuária, este quesito investiga qual a formação.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 8 – O município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos municipais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do município. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu município (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Inclusão Produtiva Rural.

Quesito 8.1 - Lei/ano de criação:

Se o município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga o número da lei e ano de criação do Conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

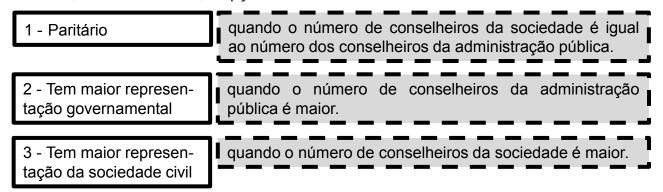
Exemplo:



Quesito 8.2 - O Conselho é:

Se o município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga a composição do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 - Caráter do Conselho:

Se o município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga o caráter do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

9.1 - Consultivo	é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
9.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
9.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
9.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 10 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural nos últimos 12 meses:

Se o município possui Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, este quesito investiga a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 11 – Programa ou ação de acesso facilitado aos produtores agropecuários desenvolvido pela prefeitura:

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, de acesso facilitado a determinados insumos pelos produtores agropecuários e a forma de acesso.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Sementes - óvulo maduro e fecundado, contendo em seu interior uma planta embrionária.

Mudas - planta jovem (desde alguns dias até dois anos), em geral produzida para o posterior plantio no seu local definitivo.

Adubos - fertilizante que pode ser natural/orgânico ou químico (também designados sintéticos), destinado a manter a fertilidade do solo.

Ração ou forragem - alimento dado para animais.

Alevinos - são peixes recém saídos do ovo.

Outros insumos - inseticidas, fungicidas e herbicidas para lavouras, remédios veterinários (antibióticos, anti-inflamatórios etc.), produtos para a sanidade animal (carrapaticidas, inseticidas etc.), material de construção para estábulos, material de construção para estufas, moirões para cercas (estaca de concreto, madeira ou pedra que serve para construir uma cerca), dentre outros.

Exemplos:

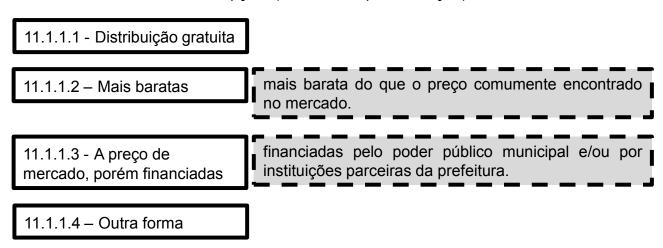
- Sementes A subsecretaria também incentiva as culturas do milho, quiabo e de hortaliças, fornecendo sementes e informação técnica para a implantação e renovação das lavouras (Programa de incentivo ao cultivo de palmito pupunha, banana e outras culturas da Angra dos Reis - RJ);
- 2) Mudas O programa de incentivo da cultura da pupunha e da banana consiste na distribuição de mudas para os produtores rurais cadastrados na Subsecretaria de Agricultura que tenham propriedade com área mínima de 2 ha (dois hectares) e que atendam os critérios de viabilidade técnica e ambiental

- (Programa de incentivo ao cultivo de palmito pupunha, banana e outras culturas da Angra dos Reis RJ);
- 3) Adubos O programa já atendeu 114 produtores, onde cada um recebe uma carga com 14m³ de adubo de aves que estão de acordo com algumas exigências estipuladas pelo corpo técnico da gerência de agricultura e meio ambiente (Distribuição de adubos da Prefeitura de Alagoinhas - BA);
- 4) Ração A Prefeitura dá prosseguimento à distribuição gratuita de ração animal a vários produtores (Município de Gurjão PB);
- 5) Alevinos Programa Municipal de Incentivo e Apoio à Piscicultura distribui alevinos, para vários pequenos produtores, esperando como resultado a diversificação de espécies para qualificar a piscicultura (Município de Vacaria RS).

Quesito 11.1.1, 11.2.1, 11.3.1, 11.4.1, 11.5.1 – Forma de acesso:

Se existe programa ou ação de acesso facilitado, este quesito investiga a forma de acesso aos insumos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 12 – Programa ou ação para disponibilizar maquinário aos produtores agropecuários desenvolvido pela prefeitura:

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, para disponibilizar maquinários para os produtores agropecuários.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

transferência do maquinário para alguém por tempo determinado de forma gratuita.

12.2 – Aluguel

cede ao produtor o usufruto do maquinário em troca de um pagamento.

12.3 - Outro

se assinalado este item, os demais ficam em branco.
programa ou ação

Exemplos:

- Cessão Dentre os incentivos ao Programa de Estímulo a Bovinocultura de Leite, está o empréstimo sem ônus de máquina para preparo de áreas para produção de alimentos (limpeza de novas áreas, retirada de tocos e pedras) e no preparo de terraplanagem para construção de confinamentos e salas de ordenha e outras benfeitorias ligadas à atividade (Municipio de Faxinal - RS);
- 2) Aluguel Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Agropecuário, Econômico e Social que prevê alugar para o produtor: trator de Esteiras - até 15 horas por propriedade; trator Agrícola - até 12 horas por propriedade; retroescavadeira - até 10 horas por propriedade, escavadeira hidráulica - até 10 horas por propriedade (Município de Garibaldi - RS).

Quesito 13 – A prefeitura desenvolve programa ou ação para estímulo à:

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições,** para estímulo de determinadas formas de produção.

Assinale, conforme o caso, a opção:

forma de produção agrícola na qual não são permitidas a utilização de fertilizantes artificiais, agrotóxicos e sementes ou mudas transgênicas.

modelo de agricultura onde a gestão da propriedade e a mão de obra são familiares, tendo a atividade produtiva agropecuária como a principal fonte de renda.

13.3 - Aquicultura	técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como ostras, vieiras e mexilhões), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos.
13.4 - Pesca	captura de animais aquáticos do seu meio para fins de alimentação.
13.5 - Produção de hortas comunitárias	espaços de convívio, de lazer e de aprendizagem que melhoram a qualidade da alimentação das pessoas que se encontram nos centros urbanos.

Exemplos:

- Agricultura orgânica Assistência aos produtores orgânicos-ecológicos do município via convênio, criação de programas de comercialização de produtos orgânicos, implantação de produtos orgânicos na alimentação escolar (Município de Garibaldi - RS);
- Agricultura familiar Concessão de incentivos fiscais para que empresários do ramo de alimentação comprem produtos oriundos da agricultura familiar, financiem atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de agricultores familiares (Município de Belém – PA);
- 3) Aquicultura Organização na compra de alevinos de qualidade e transporte gratuito dos alevinos até a propriedade do solicitante (Município de Carlos Barbosa RS):
- 4) Pesca Apoio às comunidades pesqueiras e às cooperativas e associações de pescadores, às colônias de pescadores e aquicultores, e aos quilombolas. Implantação programas de capacitação de mão-de-obra transporte, acondicionamento atividades pesqueiras (captura, е tratamento), sistemas de gerenciamento comercialização de em е peixes e mariscos, apoio à instalação de estaleiro para construção de barcos, canoas de fibra tradicionais e seus reparos (Município de Tivau do Sul – RN);
- 5) Programa de Hortas Comunitárias da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que integra e articula várias ações para a implantação da horta em determinado bairro, escolas municipais e outras instituições (Município de Maringá PR).

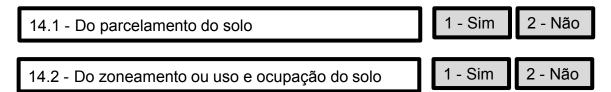
Agricultura orgânica – forma de produção agrícola na qual não são permitidas a utilização de fertilizantes artificiais, agrotóxicos e sementes ou mudas transgênicas.

Agricultura familiar – modelo de agricultura onde a gestão da propriedade e a mão de obra são familiares, tendo a atividade produtiva agropecuária como a principal fonte de renda.

Aquicultura - técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como ostras, vieiras e mexilhões), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos.

Quesito 14 – Com relação ao solo rural, existe legislação municipal que trate:

Assinale, conforme o caso, a opção:



Do parcelamento do solo - instrumento legal que estabelece as normas, padrões e critérios para novos loteamentos, desmembramentos e unificação de terrenos rurais.

Do zoneamento ou uso e ocupação do solo - instrumento de regulação do uso e ocupação do solo rural, segundo zonas ou áreas delimitadas.

Quesito 15 – A prefeitura desenvolve programa ou ação para estimular a agroindústria?

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, para estimular a agroindústria.

Assinale, conforme o caso, a opção:

Agroindústria - conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, piscicultura ou silvicultura.

Exemplos:

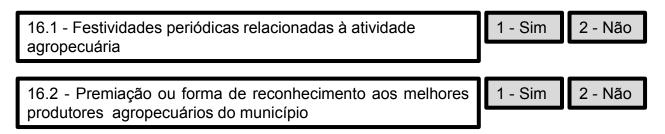
1) Programa Municipal de Estímulo à Criação de Agroindústrias - Pró-Agroindústria - disponibiliza linhas de crédito para a implantação, ampliação,

- adequação, reestruturação e custeio de agroindústrias de agricultores familiares, cria mecanismos para facilitar o acesso dos agricultores familiares às linhas de crédito e, ainda, identifica, apoia e divulga iniciativas de incentivos estaduais e municipais para agroindústrias (Município de Ji-Paraná RO);
- 2) Dentre os incentivos ao Programa de Desenvolvimento à Agroindústria, estão: fornecer descontos no valor do aluguel de máquinas por um período prédeterminado para a instalação de agroindústrias; disponibilizar profissional para acompanhamento e desenvolvimento das ações e adequações das agroindústrias ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Encantado RS).

Quesito 16 – A prefeitura promove ou apoia:

Este quesito investiga se a prefeitura promove ou apoia, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, festividades periódicas relacionadas à atividade agropecuária e premiação ou forma de reconhecimento aos melhores produtores agropecuários do município.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Exemplos:

- Festividades: Exposição Agropecuária e Produtos Derivados, Festa do Suíno Light, Festa da Ovelha, Festa da Colheita, Apoio na manutenção de eventos culturais - Filós e festas, dentre outras;
- 2) Premiação: Prêmio Mérito Rural que reconhece esforço de quem trabalha pelo agronegócio, Prêmio Troféu Agroleite, Premiação dos melhores produtores de aves, suínos e ovos férteis, Incentivo aos produtores através da Premiação ao Produtor Rural do Ano, dentre outras.

Quesito 17 – A prefeitura desenvolve programa ou ação de prevenção contra problemas climáticos para o setor agropecuário (ex.: cisternas para irrigação, açudes para reservar água para animais etc.)?

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, de prevenção contra problemas climáticos para o setor agropecuário.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Programa ou ação de prevenção contra problemas climáticos – estruturar, coordenar, viabilizar, elaborar, implantar, monitorar ações referentes aos desafios da mudança climática. Principalmente medidas de mitigação (intervenção humana com o intuito de reduzir ou remediar um determinado impacto ambiental) promovendo o entendimento entre desenvolvimento econômico e proteção do clima.

Mudança climática - mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis. (Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009).

Exemplos:

Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - mitigação da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) (Município de Campo Grande – MS).

Construção de cisternas para irrigação e para atender ao rebanho de agricultores, dependendo do regime pluviométrico de cada região, parte da água armazenada, além do consumo humano, também poderá ser utilizada para dessedentação (matar a sede) dos animais, ou destinada à irrigação de uma pequena horta, suficiente para abastecer a família de verduras e legumes (Município de Canapi - AL).

Nos quesitos 18, 19 e 20 investigamos a atividade de assistência técnica e extensão rural.

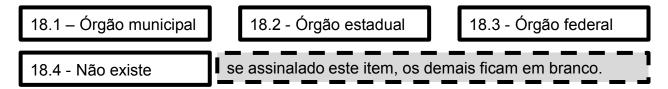
Na pesquisa a atividade é abordada de 3 formas:

- 1) No quesito 18 as entidades públicas que atuam no município;
- 2) No 19 as entidades públicas e privadas que tenham convênio com a prefeitura;
- 3) No 20 as empresas privadas e ONG's que possuem contrato ou parceiros da prefeitura.



Quesito 18 – Órgão público que atue na assistência técnica e/ou extensão rural no município: (admite múltipla marcação)

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

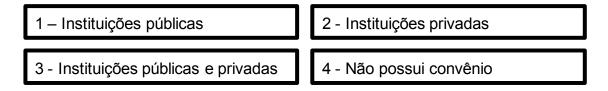


Assistência técnica e/ou extensão rural - são atividades de transmissão de conhecimentos a pessoas do meio rural, visando à melhoria dos processos de produção, beneficiamento e comercialização. A diferença entre a assistência técnica rural e a extensão rural é que a primeira destina-se à resolução de problemas pontuais do agricultor, enquanto a segunda diz respeito a um processo mais contínuo de educação.

Consta na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater, lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010) o conceito de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Quesito 19 – Instituições que prestam apoio às atividades agropecuárias, seja em assistência técnica, extensão rural ou áreas correlatas que possuem convênio com a prefeitura:

Assinale, conforme o caso, a opção:



Exemplos:

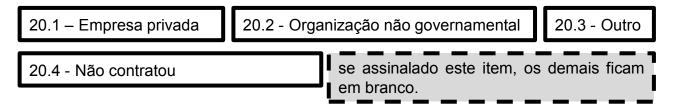
1) A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) é uma empresa ligada à secretaria estadual de agricultura e existe em vários estados;

- 2) Em São Paulo é a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, que faz esse papel;
- 3) No Espírito Santo existe o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Governo do Estado do Espírito Santo);
- 4) Existem ainda empresas de pesquisas como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que pontualmente fazem ações de extensão rural e assistência técnica;
- 5) Instituto Agronômico do Paraná IAPAR, instituto semelhante à EMBRAPA, cuja área de atuação é o estado do Paraná, sendo vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento deste estado;
- 6) Universidades, Cooperativas (COATER Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural), Associações (Associação Comunidade Espinheiro, Associação dos Produtores Rurais de Cruzeiro de Santa Rita) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (entidade privada) também fazem esse papel.

Quesito 20 – Prestadores de serviços de assistência técnica e/ou extensão rural para o setor agropecuário, contratados ou parceiros da prefeitura:

Este quesito investiga prestadores de serviços de assistência técnica e/ou extensão rural, instituições privadas com ou sem fins lucrativos (empresas privadas, ONG, consultorias, dentre outras), para o setor agropecuário, contratados ou parceiros da prefeitura.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Exemplos:

ABJ Serviços e Consultoria Ltda (empresa privada - GO), AGEMTE - Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (ONG - PB), AGROFERTIL- Assessoria técnica e extensão rural Ltda (empresa privada - PA), Ação Ecológica Guaporé (ONG - RO), dentre outras.

Quesito 21 – A prefeitura desenvolve programa ou ação:

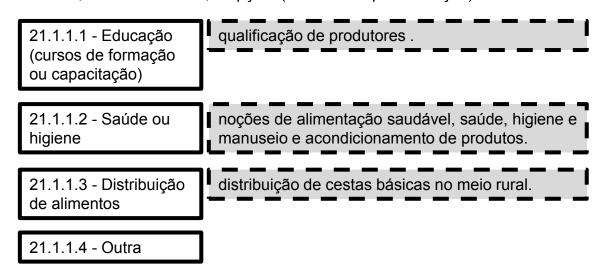
Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, de cunho social em apoio específico ao produtor agropecuário e para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais e em que área.

Assinale, conforme o caso, a opção:

Programa ou ação de cunho social em apoio específico ao produtor agropecuário - fortalecer as atividades realizadas pelo produtor agropecuário buscando também aumentar sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores.

Quesito 21.1.1 - Área:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

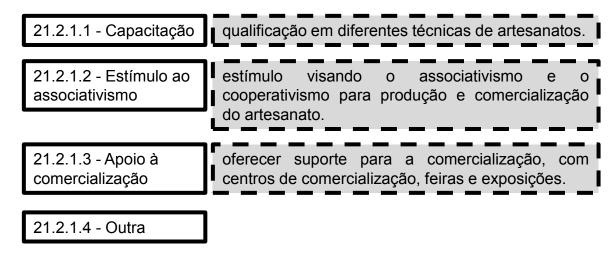


21.2 - Para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais

Programa ou ação para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais - fortalecer as atividades realizadas pelo produtor agropecuário buscando também aumentar sua capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores.

Quesito 21.2.1 - Área:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 22 – A prefeitura desenvolve programa ou ação para estímulo ao associativismo (associação de produtores, cooperativas etc.)?

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, para estímulo ao associativismo.

Assinale, conforme o caso, a opção:

Associativismo - a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática), reunião de dois ou mais indivíduos usado como instrumento da satisfação das necessidades individuais humanas (nas suas mais diversas manifestações).

Cooperativismo - movimento econômico e social, entre pessoas, em que a cooperação baseia-se na participação dos associados, nas atividades econômicas (agropecuárias, industriais, comerciais ou prestação de serviços) com vistas a atingir o bem comum.

Quesito 23 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários com registro oficial na prefeitura:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

23.1 – Sindicatos rurais

23.2 - Associações de produtores

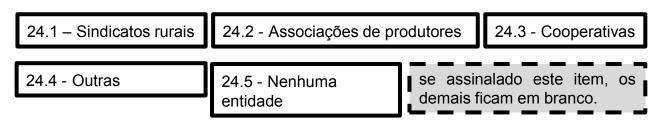
23.3 - Cooperativas

23.4 - Não possui registro

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 24 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários que atuam no município:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 25 – Infraestrutura disponibilizada pela prefeitura, de uso exclusivo de produtores agropecuários, para estimular a venda direta de seus produtos à população (consumidor final):



Para uso exclusivo do produtor agropecuário.

Este quesito investiga a existência de infraestrutura disponibilizada pela prefeitura, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições,** de uso exclusivo de produtores agropecuários, para estimular a venda direta de seus produtos à população (consumidor final).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

25.1 – Centro de comercialização de produtores 25.2 - Feira de produtores

25.3 - Outra

25.4 – Nenhuma infraestrutura

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 26 – Infraestrutura de comercialização de produtos agropecuários existente no município:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

26.1 – Centro de comercialização

26.2 - Feiras

26.3 - Outra

26.4 – Nenhuma infraestrutura

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 27 – A prefeitura possui parque de exposição próprio para uso do produtor agropecuário?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 28 – Programa ou ação para aquisição de produtos agropecuários do município desenvolvidos pela prefeitura:

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, **exclusivamente ou em parceria com outras instituições**, para aquisição de produtos agropecuários do município.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

28.1 – Aquisição diretamente dos produtores

28.2 - Aquisição através de entidades (associações, cooperativas, etc)

compra alimentos produzidos pela agricultura 28.3 - Programa de Aquisição de familiar, com dispensa de licitação, e Alimentos da Agricultura Familiar destina às pessoas em situação (PAA) insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação nutrição. se assinalado este item, os 28.4 - Outro 28.5 – Nenhum programa ou ação

demais ficam em branco.

Quesito 29 - Programa ou ação para vacinação de rebanho desenvolvido pela prefeitura:

Este quesito investiga se a prefeitura desenvolve programa ou ação, exclusivamente ou em parceria com outras instituições, para vacinação de rebanhos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

29.1 - Vacinação gratuita de 29.2 - Acesso a vacinas mais baratas ou rebanhos financiadas se assinalado este item, os 29.4 – Nenhum programa ou ação 29.3 - Outro demais ficam em branco.

Quesito 30 - O município possui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) implementado, de modo a controlar a qualidade dos produtos de origem animal?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

> Serviço de Inspeção Municipal (SIM) – criado por lei, o SIM controla a qualidade dos produtos de origem animal, monitorando e inspecionando a sanidade do rebanho, o local e a higiene da industrialização, certificando com selo de garantia todos estes produtos. É responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não

comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município.

Quesito 31 – A prefeitura possui abatedouro municipal?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 32)

Abatedouro municipal - Lugar onde se abate animais (reses, aves, etc.), para consumo humano, de responsabilidade do poder público municipal.

Quesito 31.1 – Abateu animal nos últimos 12 meses?

Se o município possui abatedouro municipal, este quesito investiga se houve algum abate nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 32 – Cadastro sobre o setor agropecuário existente na prefeitura:

Este quesito investiga se a prefeitura possui cadastro de produtores, imóveis, cooperativas e associações **que atuem no setor agropecuário**.

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

32.1 – De produtores agropecuários

32.2 - De imóveis rurais

32.3 - De associações de produtores

32.4 - De cooperativas

32.5 - Outros

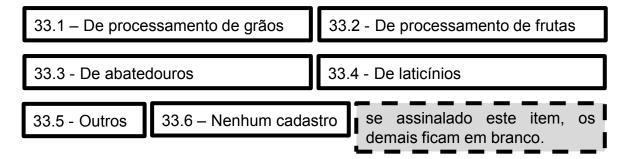
32.6 – Nenhum cadastro

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 33 – Cadastro sobre agroindústrias que atuem no município existente na prefeitura:

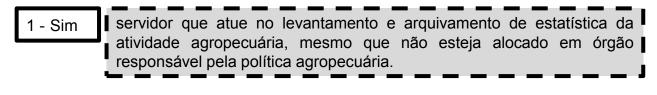
Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 34 – A prefeitura possui algum servidor, em seu quadro efetivo, com a responsabilidade de levantar e arquivar informações estatísticas sobre a agropecuária municipal (área e produção agrícola, número de animais por rebanho etc.)?

Assinale, conforme o caso, a opção:



2 - Não

Quesito 35 – A prefeitura efetivamente faz o levantamento de estatísticas sobre a agropecuária municipal?

Este quesito investiga se a prefeitura faz levantamento de estatísticas (produz informações sobre o setor) sobre a agropecuária municipal através de uma secretaria ou órgão específico da sua administração, ou ainda, através de terceiros contratados para isso.

Compilar informações do IBGE ou da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) não é efetivamente fazer levantamento.

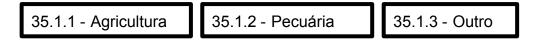
Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 36)

Quesito 35.1 - De qual setor?

Se a prefeitura faz levantamento de estatísticas sobre a agropecuária municipal, este quesito investiga de qual setor é o levantamento.

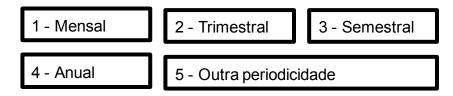
Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 35.2 - Periodicidade do levantamento?

Se a prefeitura faz levantamento de estatísticas sobre a agropecuária municipal, este quesito investiga qual a periodicidade do levantamento.

Assinale, conforme o caso, a opção:

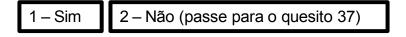


Quesito 36 – A prefeitura tem condições de informar estatísticas sobre os principais produtos agropecuários do município?

Este quesito investiga se a prefeitura tem condições de informar (responder/informar) dados estatísticos sobre os principais produtos agropecuários do município.

Independe do quesito 35 (se efetivamente faz estatísticas ou não), o objetivo deste quesito é saber se a prefeitura se declara com possibilidades de responder a instituições como o IBGE e CONAB, que realizam estatísticas agropecuárias.

Assinale, conforme o caso, a opção:



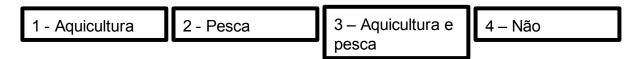
Quesito 36.1 – De qual setor?

Se a prefeitura tem condições de informar estatísticas sobre os principais produtos agropecuários, este quesito investiga para qual setor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

Quesito 37 – A prefeitura tem conhecimento da existência da atividade de aquicultura e/ou pesca no município?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Aquicultura - técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como ostras, vieiras e mexilhões), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos.

Pesca - captura de animais aquáticos do seu meio para fins de alimentação.

Quesito 38 – A prefeitura conhece a Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias (COMEA), coordenada pelo IBGE?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias (COMEA) - colegiado criado pelo Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias (GCEA) de cada Unidade da Federação. Sua finalidade e composição estão descritos no Regimento Interno do GCEA, criado pelo IBGE:

"Art. 5º - As COMEAs são formadas, na medida do possível, por representantes locais dos órgãos que o compõem, acrescidos de técnicos e/ou de outras pessoas experientes e representativas das classes produtoras, bem como, as ligadas à administração municipal na área de estatística e de agropecuária, com o objetivo de estabelecer uma estrutura básica e permanente de produção e de informações estatísticas agropecuárias."

O funcionamento das COMEAs se dá por reuniões convocadas e presididas pelo Chefe da Agência do IBGE no município.

Quesito 38.1 – Participa das reuniões da Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias, sob a coordenação do IBGE?

Se a prefeitura conhece a Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias (COMEA), este quesito investiga se o município participa das reuniões.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim	2 - Não é convidada
3 – Não tem representantes adequados à tarefa	4 – Não

Quesito 39 – A prefeitura tem conhecimento da existência da atividade de extração vegetal no município?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - De produtos madeireiros	2 - De produtos não madeireiros	
3 – De produtos madeireiros e não madeireiros	4 – Não	

Extração vegetal – Exploração dos recursos vegetais nativos através da coleta ou apanha de produtos, isto é, sem a realização de plantio ou qualquer trato cultural na área explorada.

Quesito 40 – A prefeitura possui algum programa ou ação de apoio à atividade de extração vegetal no município?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Quesito 41 – Existe no município algum centro de comercialização de produtos da extração vegetal?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Quesito 42 – Cadastro ligado à atividade da extração vegetal existente na prefeitura:

Este quesito investiga se a prefeitura possui cadastro de produtores (extrativistas), cooperativas e associações **que atuem no setor de extração vegetal**.

Devem ser considerados cadastros que estejam em planilhas eletrônicas ou correlatos.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

42.1 – De pessoas que fazem extração vegetal

42.2 - De associações ou cooperativas que fazem extração vegetal

42.3 - Não possui cadastro

42.4 - Não existe atividade de extração vegetal no município

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 43 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Agropecuária já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:

- 1 Sim informar em qual Bloco a pessoa foi identificada.
- 2 Não informar o nome, cargo, telefone e assinar.

▶ BLOCO 08 – MEIO AMBIENTE

Objetivo

Caracterizar a estrutura organizacional, os instrumentos e políticas existentes na estrutura da administração pública municipal, para tratar da política de meio ambiente.

Quesito 1 – O órgão gestor do meio ambiente caracteriza-se como:

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo municipal de primeiro escalão que embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria municipal exclusiva

quando o órgão gestor trata da política isoladamente.

2 - Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais quando o órgão gestor trata da política em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta

quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 9)

quando não existe estrutura organizacional na prefeitura para a gestão da política no município.

Exemplos:

 A política de meio ambiente é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

2) A política de meio ambiente é desenvolvida junto com a de transito e mobilidade na Secretaria Municipal de Turismo, Urbanismo e Meio Ambiente

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Secretaria Municipal de Turismo, Urbanismo e Meio Ambiente.

3) O meio ambiente está alocado como um departamento da Secretaria Municipal de Planejamento.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Secretaria Municipal de Planejamento.

4) A política de meio ambiente está alocada como um departamento da Coordenação de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente, que possui status de secretaria.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Coordenação de Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente.

5) A política de meio ambiente está alocada junto ao Gabinete do Prefeito.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: Gabinete do Prefeito.

6) Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para tratar da política de meio ambiente.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do meio ambiente: em branco.

Quesito 2 – Nome do órgão gestor do meio ambiente:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, registre o nome do órgão gestor.

Quesito 3 – Nome do titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, registre o nome do(a) titular do órgão gestor.

Quesito 4 – E-mail do titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, informar o endereço do e-mail do titular do órgão gestor.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

Exemplo: joão.silva@gmail.com, mariasilva@terra.com.br

Quesito 5 – Sexo do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga o sexo do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Masculino

2 - Feminino

Quesito 6 – Idade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga a idade do(a) titular do órgão gestor.



Caso o preenchimento não seja feito pelo(a) próprio(a) gestor(a), e a pessoa responsável pelo preenchimento não saiba informar a idade exata, o quesito deverá ser preenchido com 88.

Quesito 7 – Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga a escolaridade do(a) do(a) titular do órgão gestor.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Ensino fundamental (1º Grau) incompleto

do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

2 - Ensino fundamental (1º Grau) completo

do antigo primário até o ginasial, tendo concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série).

3 - Ensino médio (2º Grau) incompleto	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau.
4 - Ensino médio (2º Grau) completo	o antigo científico, normal, clássico ou equivalente, tendo concluído todo o 2º grau.
5 - Ensino superior incompleto	graduação superior não concluída.
6 - Ensino superior completo	graduação superior concluída.
7 - Pós-graduação	cursos de pós-graduação lato sensu (especialização incluindo os cursos designados como MBA - Master Business Administration) e stricto sensu, que compreende mestrado e doutorado, concluídos .

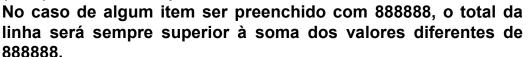
Quesito 8 – Registre a quantidade de pessoas ocupadas na área do meio ambiente por vínculo empregatício:

Se existe órgão gestor para a política do meio ambiente, este quesito investiga a quantidade de pessoas ocupadas na área de meio ambiente, por vínculo empregatício.



Quando o valor de algum item for desconhecido, preencher com 888888. É necessária atenção no preenchimento dos itens no sistema, neste caso, pois todo o campo terá de ser preenchido com o número 8.

Caso não existam valores em quaisquer dos itens, registre 0 (zero) no último campo à direita.





	Estatutários	Celetis	tas	Somente comissionados		Estagiários	Sem vínculo permanente	Total	
Г	8.1,	8.2		8.3		8.4	8.5	8.6,	
	5		5		5	8 8 8 8 8 8	8 8 8 8 8 8		3 0

Registre a quantidade de:

8.1 - Estatutários	servidor regido pelo Regime Jurídico Único (RJU).			
8.2 - Celetistas	servidor regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).			
8.3 – Somente comissionados	é o ocupante de cargo em comissão que não possui cargo efetivo. Tem como vínculo com a prefeitura, apenas o cargo comissionado que exerce.			
8.4 - Estagiários	é o aluno regularmente matriculado que frequente, efetivamente, curso vinculado à estrutura do ensino público e particular, no nível superior ou no ensino médio, de educação profissional de nível médio ou superior, ou escolas de educação especial, aceitos na administração pública municipal, para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação profissional.			
8.5 – Sem vínculo permanente	é o cedido por outra entidade, o prestador de serviço, o voluntário, dentre outros.			
8.6 - Total	somatório dos itens 8.1, 8.2, 8.3, 8.4 e 8.5, se todos os itens forem diferentes de 888888.			

Quesito 9 - Nos últimos quatro anos servidores do município participaram de capacitação promovida pelo governo federal na área de meio ambiente?

Este quesito investiga se nos anos de 2013, 2014, 2015 e/ou 2016, servidores do município (administração direta ou indireta, independentemente do servidor estar lotado no órgão gestor do meio ambiente) participaram de capacitação promovida pelo governo federal na área de meio ambiente.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 11)

10 - Em qual(is) área(s) temática(s) se deu(ram) essa(s) capacitação(ões)?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

10.1 - Estruturação da gestão municipal de meio ambiente

apoia os municípios na estruturação institucional e o fortalecimento da gestão ambiental municipal, com a ótica da sustentabilidade sócio-ambiental-territorial, a disseminação de conhecimentos e a reflexão crítica acerca de assuntos que visam à melhoria da gestão ambiental pública

10.2 - Licenciamento

trata dos procedimentos para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações ambientais desenvolvidas no contexto do licenciamento.

10.3 - Educação ambiental

orienta os agentes públicos para a reflexão e construção de alternativas que almejem a sustentabilidade.

10.4 - Educação ambiental voltada para e agricultura familiar

promove a mobilização e sensibilização social para a realização de ações que resultem na melhoria da qualidade de vida e conservação dos recursos naturais no meio rural, bem como a elaboração e implementação de políticas públicas, ações e projetos de educação ambiental no contexto da agricultura familiar.

10.5 - Cadastro Ambiental Rural

forma facilitadores para o cadastramento de imóveis rurais no CAR.

10.6 - Resíduos Sólidos

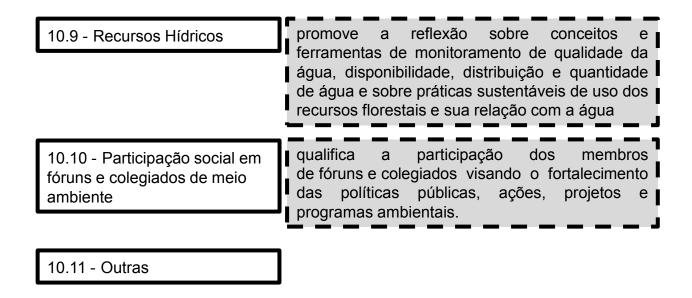
orienta sobre modos de produção, consumo e destinação do lixo.

10.7 – Produção e consumo sustentáveis

dispõe conhecimentos específicos em produção e consumo sustentáveis, desenvolvendo ações e acompanhamento do sistema de gestão ambiental e economia verde

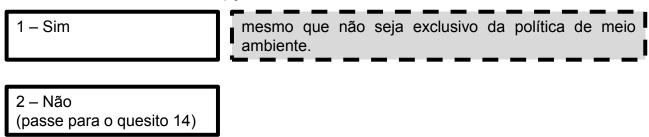
10.8 - Mudança do clima

proporciona a compreensão sobre o fenômeno da mudança do clima, suas causas, efeitos e soluções, além da construção do necessário senso de urgência decorrente do aquecimento do planeta.



Quesito 11 - O município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos municipais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do município. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu município (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente, Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, Conselho Municipal de Meio Ambiental, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental.

Quesito 11.1 - Lei/ano de criação:

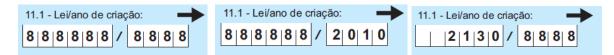
Se o município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, este quesito investiga o número da lei e ano de criação do Conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

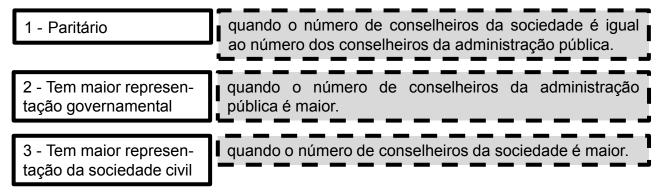
Exemplo:



Quesito 11.2 - O Conselho é:

Se o município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, este quesito investiga a composição do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 12 - Caráter do Conselho:

Se o município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, este quesito investiga o caráter do Conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

é aquele em que seus integrantes têm o papel de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

12.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
12.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
12.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 13 - Quantidade de reuniões realizadas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente nos últimos 12 meses:

Se o município possui Conselho Municipal de Meio Ambiente, este quesito investiga a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.



No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 14 – A área responsável pelo tema meio ambiente dispõe de recursos financeiros específicos para serem utilizados no desenvolvimento de suas ações?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 15 - O município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente ou similar?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 17)

Fundos especiais - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 15.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Meio Ambiente ou similar?

Se o município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente, este quesito investiga se o conselho gestor do Fundo é o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Um Fundo requer que sua gestão seja feita por um Conselho cuja composição e competência são definidas, caso a caso, nas leis que criam o Fundo. A possibilidade de uma gestão mais aberta com representantes de diferentes interesses tem levado a que muitos governos encontrem nessa combinação, Fundo + Conselho, uma solução para determinadas demandas populares em relação ao controle externo e a definição de prioridades de ação.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1- Sim 2 - Não 3 - O fundo possui um conselho gestor próprio

Quesito 16 - No ano de 2016 foi utilizado recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente para ações ambientais?

Se o município possui Fundo Municipal de Meio Ambiente, este quesito investiga se foi utilizado recurso do Fundo para ações ambientais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 17 - O município participa de consórcio (público ou administrativo), convênio de parceria com o setor privado e/ou recebe apoio do setor privado e/ou

de comunidades, que contribua para a realização ou manutenção de ações na área de meio ambiente?

Este quesito investiga se o município faz parte de alguma articulação interinstitucional na área de meio ambiente.

Considere as articulações que tratem do tema meio ambiente, mesmo que não sejam exclusivas do tema.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

17.1 - Consórcio público intermunicipal	municípios/municípios.
17.2 - Consórcio público com o Estado	municípios/estados.
17.3 - Consórcio público com a União	municípios/estados/União.
17.4 - Consórcio administrativo intermunicipal	municípios/municípios.
17.5 - Consórcio administrativo com o Estado	municípios/estados.
17.6 - Consórcio administrativo com a União	municípios/estados/União.
17.7 - Convênio de parceria com o setor privado	município/setor privado.
17.8 - Apoio do setor privado ou de comunidades	município/setor privado/comunidade.
17.9 – Não participa	se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Consórcios públicos - são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum em qualquer área, voltados para o desenvolvimento regional. Os consórcios podem ser firmados entre todas as esferas de governo (municípios/municípios, municípios/estados, municípios/estado/União). Entretanto, a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados. Todo consórcio público possui CNPJ. (Lei Federal nº 11.107, de abril de 2005, que rege os Consórcios Públicos).

Consórcios administrativos - são CONVÊNIOS formados por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum em qualquer área, voltados para o desenvolvimento regional. Podem ser firmados entre todas as esferas de governo (municípios/municípios, municípios/estados, municípios/estado/União). Entretanto, a União somente participará de consórcios administrativos em que também façam parte todos os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados.

Convênio de parceria com o setor privado - é o acordo firmado entre o município e o setor privado que assumem e pactuam responsabilidades e projetos e/ou serviços.

Apoio do setor privado ou de comunidades - são as ações que contribuem para a realização de algum projeto ou manutenção de serviços em que não seja obrigatória a contrapartida da prefeitura.

Exemplos de consórcios multifinalitários:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Paraná – CISMAE, Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Meio Ambiente (de Curitiba), dentre outros.

Quesito 18 - Assinale a legislação ou instrumento de gestão ambiental existente no município, mesmo que esteja inserido na Lei Orgânica, Plano Diretor, Código Ambiental, etc:

Este quesito investiga a existência de legislação municipal ou instrumento de gestão ambiental, mesmo que não seja uma legislação ou instrumento exclusivo para o tema, e o ano de sua criação.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

- 18.1 Sobre coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos
- 18.2 Sobre saneamento básico
- 18.3 Sobre gestão de bacias hidrográficas
- 18.4 Sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental
- 18.5 Sobre destino das embalagens utilizadas em produtos agrotóxicos
- 18.6 Sobre poluição do ar
- 18.7 Sobre permissão de atividades extrativas minerais
- 18.8 Sobre fauna silvestre
- 18.9 Sobre florestas

18.10 - Sobre proteção a biodiversidade

18.11 - Sobre adaptação e mitigação da mudança do clima

18.12 - Nenhuma legislação citada

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Resíduos sólidos domésticos - lixo produzido basicamente em residências.

Bacia hidrográfica - é uma área de captação natural da água de precipitação que faz convergir o escoamento para um único ponto de saída. A bacia hidrográfica compõe-se de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único na foz do rio principal.

Gestão de bacias hidrográficas - é a integração dos vários aspectos que interferem no uso dos recursos hídricos e na sua proteção ambiental.

Área e/ou zona de proteção ou controle ambiental - áreas que devem ser preservadas ou recuperadas em função de suas características topográficas, geológicas e ambientais de flora, fauna e recursos hídricos, e/ou pela necessidade de preservação do patrimônio arqueológico ou paisagístico.

Fauna silvestre - conjunto de animais que vivem livres em seu ambiente natural (não necessita do homem para a sua alimentação e o seu desenvolvimento).

Biodiversidade - "Bio" significa "vida" e diversidade significa "variedade". Então, biodiversidade ou diversidade biológica compreende a totalidade de variedade de formas de vida que podemos encontrar na Terra (plantas, aves, mamíferos, insetos, microorganismos...).

Adaptação e mitigação da mudança do clima - iniciativas e medidas para reduzir ou remediar a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima e um determinado impacto ambiental.

Quesito 18.1.1, 18.2.1, 183.1, 18.4.1, 18.5.1, 18.6.1, 18.7.1, 18.8.1, 18.9.1, 18.10.1, 18.11.1 – Ano de criação:

Se o município possui alguma das legislações ou instrumento de gestão ambiental, este quesito investiga o ano de criação da legislação ou instrumento.



No preenchimento do ano de criação da legislação ou instrumento de gestão ambiental, quando desconhecido, preencher o campo com 8888.

Quesito 19 - O município possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 20)

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – dentre os vários aspectos de seu conteúdo, um deles é o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) estabelece em seu art. 8º um rol de instrumentos necessários para o alcance dos objetivos da política, sendo que os planos de resíduos sólidos são um dos principais e mais importantes instrumentos, podendo ser elaborados a nível nacional, estadual, microrregional, de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, intermunicipal, municipal, bem como a nível dos geradores de resíduos sólidos.

A elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) é condição necessária para o Distrito Federal e os municípios terem acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos.

Quesito 19.1 - Esse plano abrange apenas esse município?

Se o município possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, este quesito investiga se o plano abrange apenas esse município.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 20 - O governo municipal implementou, em parceria com o Governo Federal, algum dos programas relacionados abaixo?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

20.1 - Coletivo Educador

20.2 - Sala Verde

20.3 Circuito Tela Verde

20.4 - Etapa municipal da Conferência Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente

20.5 - Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PGIRS

20.6 - Sustentabilidade ambiental das instituições públicas, como a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

20.7 - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF

20.8 - Etapa municipal da Conferência Nacional de Meio Ambiente

20.9 – Nenhum dos programas

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Coletivo Educador - são conjuntos de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. O Coletivo Educador é, ao mesmo tempo, resultado e realizador do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e do Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais (ProFEA).

Sala Verde - é um espaço definido, vinculado a uma instituição pública ou privada, que poderá se dedicar a projetos, ações e programas educacionais voltados à questão ambiental. São potenciais centros de informação e formação ambiental.

Circuito Tela Verde - é uma ação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, que tem como objetivo estimular a produção audiovisual independente sobre a temática ambiental.

Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - é uma campanha pedagógica que traz a dimensão da política ambiental para a educação que mobiliza crianças e jovens (entre 11 e 14 anos) em pesquisas e debates com a comunidade escolar sobre os desafios socioambientais contemporâneos.

Educação Ambiental no Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) - programas e ações de educação ambiental devem fazer parte do PGIRS conforme proposta metodológica contida no manual de orientação do plano.

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - é um programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios ambientais que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF - é um programa voltado para agricultores familiares que se implementa por meio de um conjunto de instituições governamentais e não governamentais, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais, por meio de processos formativos.

Conferência Nacional de Meio Ambiente - as Conferências Nacionais de Meio Ambiente visam ampliar a discussão acerca da formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, priorizando temas relevantes para o conhecimento e discussão com a sociedade que refletem o amadurecimento da política ambiental brasileira.

Quesito 21 - O município paga diretamente por Serviços Ambientais – PSA?

Assinale, conforme o caso, a opção:

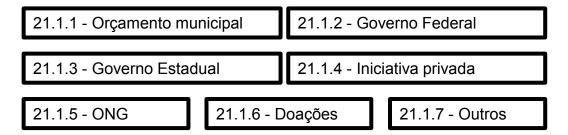
1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 23)

Pagamento por Serviços Ambientais - PSA - é a retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparados por planos e programas específicos.

Quesito 21.1 - Qual a fonte dos recursos nos últimos 12 meses?

Se o município paga diretamente por Serviços Ambientais, este quesito investiga a fonte de recursos para o pagamento dos serviços nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 22 - Qual(is) o(s) serviço(s) ambiental(is) abrangido(s)?

Se o município paga diretamente por Serviços Ambientais, este quesito investiga a finalidade do pagamento.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

- 22.1 Que promovam a conservação e a recuperação ou melhoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos
- 22.2 De conservação e preservação da vegetação nativa e da vida silvestre (não considerar Unidades de Conservação da Natureza)
- 22.3 Que promovam a conservação, recuperação ou preservação do ambiente natural nas áreas de Unidades de Conservação, em suas respectivas zonas de amortecimento e nas Terras Indígenas
- 22.4 De recuperação e conservação dos solos e recomposição da cobertura vegetal de áreas degradadas, através do plantio de espécies nativas em sistema agroflorestal
- 22.5 De conservação de remanescentes da vegetação em áreas urbanas, de importância para a manutenção e melhoramento da qualidade do ar, dos recursos hídricos e da qualidade de vida da população
- 22.6 Que visem especificamente a captura e retenção de carbono, com objetivo de mitigação das mudanças climáticas (conservação/restauração de ecossistemas naturais, recuperação de áreas degradadas, e adoção de práticas de manejo de sistemas agrícolas, agroflorestais e silvipastoris)

22.7 - Outros

Unidade de Conservação (UC) - denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (art. 1º, I).

Quesito 23 - Nos últimos 24 meses foi observado no município a ocorrência de algum impacto ambiental e/ou processo/ação que resulte em impacto no ambiente?

Este quesito investiga a ocorrência de algum impacto ambiental e/ou processo/ação que resulte em impacto no ambiente nos últimos 24 meses (considere os 24 meses anteriores ao mês da coleta).

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 25)

Impacto ambiental - é uma mudança no meio ambiente causada pela atividade do ser humano.

Quesito 24 - Dentre os impactos ambientais e/ou processos/ação listados abaixo, selecione até 3 de maior ocorrência. Considere as ocorrências de maior relevância, mesmo que sua causa se localize fora do território do município:

Se no município foi observado ocorrência de algum impacto ambiental e/ou processo/ação que resulte em impacto no ambiente, este quesito investiga até **3 de maior ocorrência**.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite até 3 marcações)

24.1 - Condições climáticas extremas (secas, enxurradas)

24.2 - Poluição do ar

24.3 - Poluição de algum corpo d'água

24.4 - Assoreamento de algum corpo d'água

24.5 - Diminuição de vazão de algum corpo d'água

24.6 - Desmatamentos

24.7 - Queimadas

24.8 - Contaminação do solo (por agrotóxicos, fertilizantes)

24.9 - Perda de solos por erosão e/ou desertificação (voçorocas, arenização)

24.10 - Degradação de áreas legalmente protegidas

24.11 - Diminuição da biodiversidade (da fauna, flora)

24.12 – Existência de moradia em situação de risco ambiental

24.13 - Falta de saneamento (destinação inadequada do esgoto doméstico)

24.14 - Outros

Seca - estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.

Enxurradas ou Inundações Bruscas - provocadas por chuvas intensas e concentradas que fazem os canais naturais de drenagem transbordar de forma rápida e imprevisível e geralmente provocam danos materiais e humanos mais intensos do que as enchentes ou inundações graduais. Normalmente, ocorrem em bacias de médio ou pequeno porte e são intensificadas por relevos acentuados.

Corpo d' água - qualquer manancial hídrico; curso d'água, trecho de rio, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa ou aquífero subterrâneo.

Assoreamento - acúmulo de sedimentos (areia, entulho e lixo, por exemplo) no leito dos lagos, rios e demais cursos d'água, fenômeno este provocado naturalmente ou por influência humana.

Vazão - volume de água que passa por uma seção de um rio ou canal durante uma unidade de tempo.

Queimada - prática primitiva da agricultura, destinada principalmente à limpeza do terreno para o cultivo de plantações ou formação de pastos, com uso do fogo de forma controlada que às vezes pode descontrolar-se e causar incêndios em florestas, matas e terrenos grandes.

Desertificação - fenômeno em que o solo é transformado em deserto, através da ação humana ou processo natural. No processo de desertificação a vegetação se reduz ou acaba totalmente, através do desmatamento Neste processo, o solo torna-se infértil.

Erosão - processo de deslocamento de terra ou de rochas de uma superfície, pode ocorrer por ação de fenômenos da natureza ou do ser humano.

Voçoroca - formação de grandes buracos de erosão, causados pela chuva e intempéries, em solos onde a vegetação é escassa e não mais protege o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas.

Arenização - transformação de um solo muito arenoso com cobertura vegetal fraca, em uma área com areia seca sem nenhuma cobertura vegetal.

Degradação - série de ações danosas ao equilíbrio do meio ambiente.

Biodiversidade - "Bio" significa "vida" e diversidade significa "variedade". Então, biodiversidade ou diversidade biológica compreende a totalidade de variedade de formas de vida que podemos encontrar na Terra (plantas, aves, mamíferos,

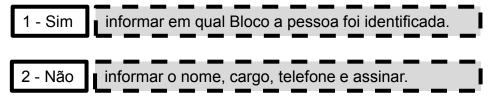
insetos, microorganismos...).

Risco ambiental – o termo risco refere-se à proximidade, à iminência ou à contiguidade de um possível dano. Ambiental, diz-se daquilo que está relacionado com o ambiente (o meio, a atmosfera ou o ar). O risco ambiental, por conseguinte, está relacionado com os danos que podem surgir por fatores do meio, podendo ser próprios da natureza ou provocados pelo ser humano.

Quesito 25 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Meio Ambiente já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não identificá-la.

Assinale, conforme o caso, a opção:



▶ BLOCO 09 – GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

Objetivo

Dispor de informações dos municípios a respeito dos eventos que implicam em riscos nas áreas urbanas e rurais decorrentes de secas, deslizamentos de encostas e também de enchentes e inundações.

Acidente ou desastre - resultado de processos adversos, naturais ou provocado pelo homem, sobre um sistema vulnerável, causando danos humanos, ambientais e/ou materiais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.





Risco - possibilidade de danos causados por eventos físicos, fenômenos da natureza ou atividade humana, que podem resultar em perdas de vidas ou ferimentos, danos à propriedade, rupturas sociais e econômicas ou degradação ambiental.





Gerenciamento de risco – conjunto de ações voltadas para a redução e o controle do risco.

Quesito 1 - O município foi atingido pela seca nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município foi atingido pela seca nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 5)

3 – Não (passe para o quesito 5)

Seca - estiagem prolongada, durante o período de tempo suficiente para que a falta de precipitação provoque grave desequilíbrio hidrológico.



Quesito 2 - Em que ano aconteceu a seca de maior impacto para o município?

Se o município foi atingido pela seca, este quesito investiga em que ano ocorreu a que causou maiores danos/perdas ambientais, econômicas e sociais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – 2013 2 – 2014 3 – 2015 4 – 2016 5 – Não (passe para o quesito 5)

Quesito 3 - No ano de seca de maior impacto para o município ocorreram:

Se o município foi atingido pela seca, este quesito investiga o que ocorreu no ano de maior impacto.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

3.1 - Perdas financeiras

perda dos investimentos feitos na fundação das safras, desemprego da mão de obra no campo, diminuição da renda dos produtores rurais; decréscimo da produção pecuária, entre outras.

3.2 - Perdas humanas

vítimas fatais (muitas vezes vítimas de doenças causadas pelo consumo de água de péssima qualidade) e o êxodo (saída das pessoas em direção a outros municípios).



3.3 - Perdas de animais

redução do número de animais nos diversos rebanhos.



3.4 - Perdas ambientais

aprofundamento do lençol freático, seca das nascentes e olhos d'água, desaparecimento das correntes fluviais (rios), redução do teor de matéria orgânica no solo, redução da biodiversidade de pequenos animais e microorganismos, aumento do desmatamento, entre outras.



3.5 - Perda ou redução da produção agrícola

perda de toda ou de parte das culturas agrícolas.



3.6 - Surgimento ou aumento de área de desertificação

é um fenômeno em que um determinado solo é transformado em deserto, através da ação humana ou processo natural. No processo de desertificação a vegetação se reduz ou acaba totalmente, através do desmatamento.



3.7 - Concentração de poluentes na água exigindo ampliação na captação e no tratamento da água

conforme o volume de água fica mais baixo, maior é a chance de poluentes que ficam no fundo das represas contaminarem a água usada para abastecimento da população. A baixa vazão que chega às bacias também causa alta concentração de poluentes, o que torna necessária a ampliação na captação e no tratamento da água.



3.8 - Outras

3.9 - Não sabe informar

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 4 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados pela seca?

Se o município foi atingido pela seca, este quesito investiga o que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados pela seca.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

4.1 - Construção de cisternas

reservatório de água, podendo ser abastecido por carro-pipa ou água da chuva.



4.2 - Construção de açudes

construção feita num curso de água, destinada a deter ou desviar água para abastecimento, irrigação, etc.



4.3 - Construção de barragens

é uma barreira artificial, feita em cursos de água para a retenção de grandes quantidades de água. A sua utilização é sobretudo para o abastecimento em zonas residenciais, agrícolas, industriais, produção de energia elétrica (energia hidráulica), ou regularização de um curso d'água.



4.4 - Construção de poços

obra de captação de água subterrânea.



4.5 - Revegetação

implantação de cobertura vegetal em áreas onde, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.



4.6 - Incentivo público à agricultura adaptada ao clima e solo da região, com sistemas de irrigação



4.7 - Distribuição regular de água através de carros-pipa em épocas de estiagem (situações de emergência)



4.8 - Ações de uso sustentável dos recursos naturais (fontes de energia eólica ou solar, planos de bacia, programas de conscientização e sensibilização, etc)



4.9 - Outras

4.10 – Não sabe informar

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Sistema de irrigação - conjunto de equipamentos, acessórios, formas de operação e manejo, e que de forma organizada realizará o ato de irrigar as culturas.

Carro pipa – carro, caminhão ou carroça equipado com um reservatório para transporte de água.

Estiagem - longo período sem chuvas.

Energia eólica - energia que provém do vento.

Plano de bacia - planejamento de recursos hídricos, elaborado por bacia ou conjunto de bacias hidrográficas.

Programas de conscientização e sensibilização do uso dos recursos naturais - conscientização, de forma a sedimentar o conhecimento sobre o uso dos recursos naturais, gerando multiplicadores e agentes de mudança, de forma a facilitar a consolidação de um novo modelo de uso dos recursos que se pode manter no tempo por si mesmo, sem ajuda externa e sem dar origem à escassez dos recursos existentes.

Quesito 5 - O município possui Plano de Contingência e/ou Prevenção para a seca?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não 3 - Não sabe

Plano de Contingência - é um conjunto de ações planejadas, com a definição dos responsáveis comprometidos com cada uma delas, além da infraestrutura necessária para o enfrentamento de um possível período crítico. Deve ser um documento de fácil reprodução, do qual constem as condições em que se encontram as áreas de risco, as características esperadas para o período de seca e a estratégia a ser adotada pelo município para o enfrentamento de desastres.

Quesito 6 - O município foi atingido por alagamentos nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município foi atingido por alagamento nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não 3 - Não sabe

Alagamentos - os alagamentos diferenciamse de enchentes ou inundações graduais e de enxurradas ou inundações bruscas por estarem mais relacionados a sistemas de drenagem deficientes ou à falta de permeabilidade do solo - que dificultam o escoamento das águas e geram acúmulos do que a fenômenos naturais em si.





Quesito 7 - O município foi atingido por processo erosivo acelerado nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município foi atingido por processo erosivo acelerado nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

3 – Não sabe

Processos erosivos - se caracterizam pelo desgaste do solo e das rochas e seu transporte para as partes mais baixas dos relevos e, em geral, vão assorear (acúmulo de sedimentos) cursos d'água. Podem ser marítimos, eólicos, glaciais, fluviais, entre outros.





Quesito 8 - O município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município foi atingido por enchentes ou inundações graduais nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 11)

3 – Não (passe para o quesito 11)

Enchentes ou inundações graduais - ocorrem quando, em períodos demorados de chuvas contínuas, o leito dos rios se eleva de forma lenta e previsível, mantendo-se em situação de cheia durante algum tempo e, a seguir, escoa gradualmente. Normalmente, são características das grandes bacias hidrográficas e dos rios de planície.





Quesito 9 - Em que ano aconteceu a enchente ou inundação gradual de maior impacto para o município?

Se o município foi atingido por enchente ou inundação gradual, este quesito investiga em que ano ocorreu a que causou maiores danos/perdas ambientais, econômicas e sociais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – 2013 2 – 2014 3 – 2015 4 – 2016 5 – Não (passe para o quesito 11)

Quesito 10 - No ano de enchente ou inundação gradual de maior impacto para o município:

Se o município foi atingido por enchente ou inundação gradual, este quesito investiga o que ocorreu, em que área e o que está sendo feito para evitar ou minimizar os danos causados.

Quesito 10.1 - Edificações foram atingidas?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 10.2) 3 – Não (passe para o quesito 10.2)

Quesito 10.1.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 10.2 - Pessoas foram desalojadas ou ficaram desabrigadas?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 10.3) 3 – Não (passe para o quesito 10.3)

Quesito 10.2.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 10.3 - Ocorreram óbitos?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 10.4) 3 – Não (passe para o quesito 10.4)

Quesito 10.3.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 10.4 - Em que áreas do município ocorreram as enchentes ou inundações graduais?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

10.4.1 - Naturalmente inundáveis áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente ocorrem inundações. 10.4.2 - Não usualmente inundáveis áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente não ocorrem inundações. 10.4.3 - Com ocupações regulares ocupação de forma regular e planejada. 10.4.4 - Com ocupações irregulares ocupação desordenada e irregular, loteamentos clandestinos ou irregulares. 10.4.5 – Em áreas com existência de erosão acelerada é aguela que geralmente, as atividades humanas processo erosivo acelerado costuma resultar na rápida destruição danificação dos solos. 10.4.6 - Outras áreas 10.4.7 - Não sabe se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 10.5 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados por enchentes ou inundações graduais?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

10.5.1 - Barragem à montante para equalização das cheias

estrutura localizada antes da área urbana que acumula temporariamente as águas pluviais com a função de amortecer as vazões de cheias e reduzir os riscos de inundações.



10.5.2 - Construção de canais de macrodrenagens

obra hidráulica, que pode ou não ser revestida de material que l lhe dê sustentação e que se destina à passagem da água.



10.5.3 - Construção de parque

destinação de uma faixa ao longo de um rio, córrego ou canal. A área tem múltiplas funções, sendo a principal delas, proteger a zona ribeirinha contra ocupações irregulares que possam vir a confinar o corpo de água.



10.5.4 - Construção de reservatórios de amortecimento de cheias

obras que servem para conter o curso natural das águas de um rio através do armazenamento destas em grandes reservatórios.



10.5.5 - Desassoreamento de corpos hídricos

obras de limpeza e remoção de sedimentos acumulados para o aumento da capacidade de escoamento.



10.5.6 - Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água

alteração do traçado ou da seção natural do curso d'água. Além da mudança geométrica do traçado, significa melhorar as condições de escoamento e estabilidade, possibilitar o rebaixamento da linha d'água das cheias, viabilizar a navegação, recuperar o terreno marginal, etc.

10.5.7 - Realocação da população que vive em área de risco

10.5.8 - Revegetação

implantação de cobertura vegetal em áreas que, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.

10.5.9 - Revitalização de rios ou bacias

volta do ecossistema, com razoável aproximação às condições anteriores à sua degradação. Engloba o restabelecimento dos processos originais de infiltração e escoamento, bem como das funções aquáticas primitivas e das relativas às suas características físicas, químicas e biológicas.

10.5.10 - Outra solução

10.5.11 - Nenhuma intervenção

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

10.5.12 - Não sabe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 11 - O município foi atingido por enxurradas ou inundações bruscas nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município foi atingido por enxurradas ou inundações bruscas nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 14)

3 – Não (passe para o quesito 14)

Enxurradas ou inundações bruscas - são provocadas chuvas por intensas concentradas que fazem os canais naturais de drenagem transbordar de forma rápida e imprevisível e geralmente provocam danos materiais e humanos mais intensos do que as enchentes inundações ou graduais. Normalmente, ocorrem em bacias de médio porte e são intensificadas por relevos acentuados.





Quesito 12 - Em que ano aconteceu a enxurrada ou inundação brusca de maior

impacto para o município?

Se o município foi atingido por enxurrada ou inundação brusca, este quesito investiga em que ano ocorreu a que causou maiores danos/perdas ambientais, econômicas e sociais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – 2013 2 – 2014 3 – 2015 4 – 2016 5 – Não (passe para o quesito 14)

Quesito 13 - No ano de enxurrada ou inundação brusca de maior impacto para o município:

Se o município foi atingido por enxurrada ou inundação brusca, este quesito investiga o que ocorreu, em que área e o que está sendo feito para evitar ou minimizar os danos.

Quesito 13.1 - Edificações foram atingidas?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 13.2) 3 – Não (passe para o quesito 13.2)

Quesito 13.1.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 13.2 - Pessoas foram desalojadas ou ficaram desabrigadas?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 13.3) 3 – Não (passe para o quesito 13.3)

Quesito 13.2.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 13.3 - Ocorreram óbitos?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 13.4) 3 – Não (passe para o quesito 13.4)

Quesito 13.3.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 13.4 - Em que áreas do município ocorreram as enxurradas ou inundações bruscas?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

13.4.1 - Naturalmente inundáveis áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde normalmente ocorrem inundações. áreas próximas aos leitos dos cursos d'água onde 13.4.2 - Não usualmente inundáveis normalmente não ocorrem inundações. 13.4.3 - Com ocupações regulares ocupação de forma regular e planejada. 13.4.4 - Com ocupações irregulares ocupação desordenada e irregular, loteamentos clandestinos ou irregulares. 13.4.5 – Em áreas com existência de erosão acelerada é aguela que processo erosivo acelerado geralmente, as atividades humanas costuma resultar na rápida destruição danificação dos solos. 13.4.6 - Outras áreas 13.4.7 - Não sabe se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 13.5 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados por enxurradas ou inundações bruscas?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

13.5.1 - Barragem à montante para equalização das cheias

estrutura localizada antes da área urbana que acumula temporariamente as águas pluviais com a função de amortecer as vazões de cheias e reduzir os riscos de inundações.



13.5.2 - Construção de canais de macrodrenagens

obra hidráulica, que pode ou não ser revestida de material que lhe dê sustentação e que se destina à passagem da água.



13.5.3 - Construção de parque

destinação de uma faixa ao longo de um rio, córrego ou canal. A área tem múltiplas funções, sendo a principal delas, proteger a zona ribeirinha contra ocupações irregulares que possam vir a confinar o corpo de água.



13.5.4 - Construção de reservatórios de amortecimento de cheias

obras que servem para conter o curso natural das águas de um rio através do armazenamento destas em grandes reservatórios.



13.5.5 - Desassoreamento de corpos hídricos

obras de limpeza e remoção de sedimentos acumulados para o aumento da capacidade de escoamento.



13.5.6 - Retificação de rios, aumento da calha ou desvio de cursos d'água

alteração do traçado ou da seção natural do curso d'água. Além da mudança geométrica do traçado, significa melhorar as condições de escoamento e estabilidade, possibilitar o rebaixamento da linha d'água das cheias, viabilizar a navegação, recuperar o terreno marginal, etc.

13.5.7 - Realocação da população que vive em área de risco

13.5.8 - Revegetação

implantação de cobertura vegetal em áreas que, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.

13.5.9 - Revitalização de rios ou bacias

volta do ecossistema, com razoável aproximação às condições anteriores à sua degradação. Engloba o restabelecimento dos processos originais de infiltração e escoamento, bem como das funções aquáticas primitivas e das relativas às suas características físicas, químicas e biológicas.

13.5.10 - Outra solução

13.5.11 – Nenhuma intervenção

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

13.5.12 - Não sabe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 14 - O município foi atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos últimos 4 anos?

Este quesito investiga se o município foi atingido por escorregamentos ou deslizamentos de encostas nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 - Não (passe para o quesito 17)

3 – Não (passe para o quesito 17)

Escorregamentos ou deslizamentos de encostas - são movimentos de massa de solos, rochas ou detritos em morros, taludes e encostas, tendo como causa principal a infiltração de água das chuvas combinada com mudanças nas condições naturais do relevo, como cortes para construção de moradias, rodovias, aterros e outras obras. Ou ainda pelo acúmulo de resíduos sólidos no topo e/ou setor médio dos morros, taludes e encostas.





Quesito 15 - Em que ano aconteceu o escorregamento ou deslizamento de encosta de maior impacto para o município?

Se o município foi atingido por escorregamento ou deslizamento de encosta, este quesito investiga em que ano ocorreu o que causou maiores danos/perdas ambientais, econômicas e sociais.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – 2013 2 – 2014 3 – 2015 4 – 2016 5 – Não (passe para o quesito 17)

Quesito 16 - No ano de escorregamento ou deslizamento de encosta de maior impacto para o município:

Se o município foi atingido por escorregamento ou deslizamento de encosta, este quesito investiga o que ocorreu, em que área e o que está sendo feito para evitar ou minimizar os danos causados.

Quesito 16.1 - Edificações foram atingidas?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 16.2) 3 – Não (passe para o quesito 16.2)

Quesito 16.1.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 16.2 - Pessoas foram desalojadas ou ficaram desabrigadas?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 16.3) 3 – Não (passe para o quesito 16.3)

Quesito 16.2.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 16.3 - Ocorreram óbitos?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 16.4) 3 – Não (passe para o quesito 16.4)

Quesito 16.3.1 - Em que área?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Urbana 2 – Rural 3 – Urbana e rural 4 – Não sabe

Quesito 16.4 - Em que áreas do município ocorreram os escorregamentos ou deslizamentos de encostas:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

16.4.1 - Em áreas de taludes e áreas com superfície inclinada do terreno, que encostas sujeitas a deslizamentos forma um ângulo com a superfície horizontal. 16.4.2 - Em áreas urbanas com áreas em que a destruição ou danificação dos processos erosivos crônicos solos que vem de longa data. 16.4.3 - Em áreas sem infraestrutura áreas onde não existe estrutura para escoar as águas de chuvas de drenagem 16.4.4 - Em áreas com ocupações ocupação de forma regular e planejada. regulares 16.4.5 – Em áreas com ocupações ocupação desordenada e irregular, invasões, irregulares loteamentos clandestinos ou irregulares. 16.4.6 – Em áreas sem ocupação

16.4.7 - Outras áreas

16.4.8 – Não sabe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Taludes - superfície inclinada do terreno, que forma um ângulo com a superfície horizontal. Podem ser classificados como artificial ou natural. Os taludes naturais são conhecidos como encostas, os artificiais são os declives diversos construídos pelo homem, como os aterros ou taludes de cortes e escavações.





16.5 - O que está sendo feito no município para evitar ou minimizar os danos causados por escorregamentos ou deslizamentos de encostas?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

16.5.1 - Estabilização e proteção de taludes

equilíbrio e apoio do plano inclinado que limita um aterro.



16.5.2 - Retaludamento de encostas

reimplantação do plano inclinado que limita um aterro.



16.5.3 - Obras de contenção

apoio para manter aterro ou encosta sob controle, de forma a reter a massa de solo.



16.5.4 - Construção de canais de macrodrenagens

obra hidráulica, que pode ou não ser revestida de material que lhe dê sustentação e que se destina à passagem da água.



16.5.5 - Realocação da população que vive em área de risco

15.5.6 - Revegetação

implantação de cobertura vegetal em áreas que, por ação humana ou natural, perderam suas características originais.

16.5.7 – Outra solução

16.5.8 – Nenhuma intervenção

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

16.5.9 - Não sabe

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 17 - O município possui como instrumento de planejamento:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

- 17.1 Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas
- 17.2 Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas
- 17.3 Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas
- 17.4 Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas
- 17.5 Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas
- 17.6 Lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas
- 17.7 Plano Municipal de Redução de Riscos
- 17.8 Carta geotécnica de aptidão à urbanização
- 17.9 Nenhum dos instrumentos

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Plano Diretor - é um instrumento de planejamento urbanístico, que tem por função sistematizar o desenvolvimento físico, econômico e social do território municipal,

visando o bem-estar da comunidade local.

Uso e ocupação do solo - instrumento de regulação do uso e ocupação do solo rural, segundo zonas ou áreas delimitadas.

Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) - consiste num instrumento de planejamento para o diagnóstico do risco e a proposição de medidas estruturais para a sua redução, considerando a estimativa de custos, os critérios de priorização e a compatibilização com outros programas nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal. O Plano Municipal de Redução de Risco inclui ainda uma avaliação do sistema de defesa civil municipal e a indicação de propostas para a sua estruturação e consolidação, além de outras particularidades referentes à gestão do risco geralmente demandadas pela prefeitura, durante as discussões técnicas para a execução do PMRR.

Carta geotécnica de aptidão à urbanização - subsídio técnico para a aprovação dos novos parcelamentos do solo. Definição de áreas com restrição à ocupação urbana face ao risco de desastres naturais, de áreas de preservação ambiental e de diretrizes para a ocupação.

Quesito 18 - Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas, o município possui:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

- 18.1 Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações
- 18.2 Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros)
- 18.3 Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres
- 18.4 Plano de Contingência
- 18.5 Projetos de engenharia relacionados ao evento
- 18.6 Sistema de alerta antecipado de desastres
- 18.7 Cadastro de risco
- 18.9 Nenhum dos itens se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Plano de Contingência - é um conjunto de ações planejadas, com a definição dos responsáveis comprometidos com cada uma delas, além da infraestrutura necessária para o enfrentamento de um possível período crítico. Deve ser um documento de fácil reprodução, do qual constem as condições em que se encontram as áreas de risco, as características esperadas para o período e a estratégia a ser adotada pelo município para o enfrentamento de desastres.

Cadastro de risco – conjunto de informações sistematizadas em fichas, sobre moradias em situação de risco, constando de informações sobre: localização e condições da edificação, nomes dos ocupantes e dados que permitam avaliar sua vulnerabilidade frente a um possível acidente, além de outros dados cadastrais de interesse para a Defesa Civil.

Quesito 19 - Em relação ao gerenciamento de riscos de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas, o município possui:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

- 19.1 Mapeamentos de áreas de risco em encostas
- 19.2 Programa habitacional para realocação de população de baixa renda em área de risco (reassentamento em empreendimento de habitação de interesse social, pagamento de aluguel social ou similar, indenização da benfeitoria, compra de uma nova moradia, auxílio financeiro específico, entre outros)
- 19.3 Mecanismos de controle e fiscalização para evitar ocupação em áreas suscetíveis aos desastres
- 19.4 Plano de Contingência
- 19.5 Projetos de engenharia relacionados ao evento
- 19.6 Sistema de alerta antecipado de desastres
- 19.7 Cadastro de risco
- 19.8 Nenhum dos instrumentos

se assinalado este item, os demais ficam em branco.

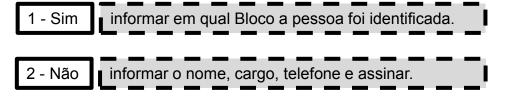
Quesito 20 - Em relação à gestão de riscos e resposta a desastres, existe no município:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

20.1 - Unidade do Corpo de Bombeir	os
20.2 - Coordenação Municipal de Defesa Civil (COMDECs)	órgão responsável pelo planejamento, articulação, coordenação, mobilização e gestão das ações de Defesa Civil, no âmbito do município.
20.3 - Núcleos de Defesa Civil (NUDECs)	formado por um grupo comunitário organizado com a proposta de desenvolver um trabalho permanente de orientação das comunidades em áreas de maior vulnerabilidade nos municípios.
20.4 - Nenhuma das citadas	se assinalado este item, os demais ficam em branco.
20.5 – Não sabe	se assinalado este item, os demais ficam em branco.

Quesito 21 – A pessoa responsável pela informação foi identificada:

Este quesito investiga se a pessoa responsável pelo Bloco de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres já foi identificada em outro Bloco do questionário, caso não identificá-la.



2.3 Instruções de Preenchimento do Suplemento de Saneamento

► BLOCO 01 - RESPONSÁVEL PELA COLETA

Bloco de preenchimento obrigatório com o nome e o número do SIAPE e telefone do técnico do IBGE, responsável pela coleta das informações, e as datas de início e término da coleta.

► BLOCO 02 - IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Bloco de preenchimento obrigatório com o código numérico da Unidade da Federação a que o município pertence, o código numérico e o DV do município onde está sendo efetuada a coleta de informações e o **nome completo do município**.

▶ BLOCO 03 - INFORMAÇÕES DA PREFEITURA

Objetivo

Obter as informações cadastrais da prefeitura.

Quesito 1 - CNPJ da prefeitura:

Registre o número do CNPJ da prefeitura.

Quesito 2 - Telefone da prefeitura:

Registre o número do DDD e do telefone da prefeitura.

Quesito 3 - Logradouro:

Registre o tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia, praça, etc.) e o nome do logradouro, por extenso, onde está localizada a prefeitura. Somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso do endereço, poderão ser utilizadas abreviaturas, como por exemplo: R. (rua), Av. (avenida) e Pç (praça), etc.

Quesito 4 - Número:

Registre o número do prédio onde está localizada a prefeitura. Caso o prédio não possua numeração, o quesito pode ficar em branco.

Quesito 5 – Complemento:

Registre o tipo de complemento (bloco, grupo, andar, sala, loja, etc), deixando, se possível, um espaço em branco entre as palavras. *Caso não possua complemento, o quesito pode ficar em branco.*

Exemplo:



Quesito 6 - Bairro:

Registre o nome do bairro por extenso. Caso o município não possua divisão por bairro, o quesito pode ficar em branco.

Quesito 7 - CEP:

Registre o CEP do logradouro onde está localizada a prefeitura.

Quesito 8 – A prefeitura possui página na internet?

Este quesito investiga se a prefeitura possui uma página na internet (página web).

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 9 - Endereço eletrônico da página:

Se a prefeitura possui uma página na internet (página web), informar o endereço da página.

Quesito 10 - A prefeitura possui e-mail?

Este quesito investiga se a prefeitura tem e-mail/correio eletrônico.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 11 - E-mail da prefeitura:

Se a prefeitura possui e-mail/correio eletrônico, informar o endereço do e-mail.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

Exemplo: gabinete.pmj@jau.sp.gov.br

► BLOCO 04 – RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

Quesito 1 - Nome do responsável pela informação:

Registre o nome do responsável pela informação.

Quesito 2 – Cargo do responsável pela informação:

Registre o cargo exercido na prefeitura pelo responsável pela informação.

Quesito 3 – Setor do responsável pela informação:

Registre o setor da prefeitura em que está alocado o responsável pela informação.

Quesito 4 – Telefone do responsável pela informação:

Registre o número do DDD e do telefone do responsável pela informação.

Quesito 5 - A pessoa responsável pela informação possui e-mail?

Este quesito investiga se o responsável pela informação tem e-mail/correio eletrônico.



Quesito 6 – E-mail da pessoa responsável pela informação:

Se o responsável pela informação possui e-mail/correio eletrônico, registre o e-mail/endereço eletrônico.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

Exemplo: joão.silva@gmail.com, mariasilva@terra.com.br

Assinatura do responsável pela informação:

Obrigatoriamente assinado por quem prestou as informações.

▶ BLOCO 05 – LEVANTAMENTO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo

Levantamento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário existentes em cada distrito do município.

No caso do número de distrito ser maior do que o número de linhas disponíveis no questionário, utilizar a Folha Suplementar de Servicos de Saneamento.



Quesito 1 - Nome do distrito:

Registre o nome de todos os distritos que pertencem ao município pesquisado.

Quesito 2 - Código do distrito:

Registre o código correspondente a cada distrito do município.

Quesito 3 – Existe abastecimento de água no distrito através de rede geral de distribuição?

Assinale, conforme o caso, a opção:

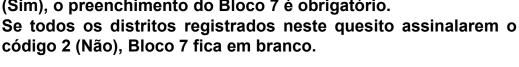
1 - Sim

caso o distrito, ou parte dele, seja atendido por rede geral de distribuição de água.

2 - Não (passe para o quesito 5)

Rede geral de distribuição de água — é constituída por um conjunto de tubulações interligadas, instaladas ao longo das vias públicas ou nos passeios, junto aos edifícios, conduzindo a água aos pontos de consumo (moradias, escolas, hospitais, etc.), sendo a eles interligados por meio de ligação predial.

Se houver pelo menos um distrito neste quesito com o código 1 (Sim), o preenchimento do Bloco 7 é obrigatório.





Quesito 4 – Esta rede está disponível em:

Se o distrito tem abastecimento de água através de rede geral de distribuição de água, este quesito investiga se a rede geral de distribuição de água está disponível em parte ou em todo o distrito.

A rede geral de distribuição de água está disponível guando há ligação predial. Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Parte do distrito	a rede geral de distribuição de água está disponível apenas em parte do distrito.
2 – Todo o distrito	a rede geral de distribuição de água está disponível em todo o distrito.

Quesito 5 – Qual a solução alternativa mais utilizada?

Este quesito investiga a solução alternativa mais utilizada para o abastecimento de água em todos os distritos relacionados, pois mesmo que o distrito tenha rede disponível, pode haver a utilização de solução alternativa por parte da população do distrito.



Considere como solução alternativa de abastecimento de água, qualquer fonte de abastecimento de água potável para a população que não a rede geral de distribuição.

Considere como solução mais utilizada aquela que for de uso pela maior parte da população do distrito.

1 – Poço profundo	são denominados profundos os poços que captam água de lençóis situados entre duas camadas impermeáveis.
	Geralmente de grande profundidade (superior a 50m), com diâmetros reduzidos (normalmente inferiores a 25
	cm).

2 – Poço raso ou nascente	são aqueles que captam água do lençol freático, ou seja, a água que se encontra acima da primeira camada impermeável. Geralmente, não é profundo (com profundidade, em geral, inferior a 30 m) e apresenta diâmetro superior a 80 cm. Nascentes são locais onde, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea aflora naturalmente.
3 – Manancial superficial	é aquele constituído pelos córregos, rios, riachos, lagos, represas, açudes, barramentos, etc. que, como o próprio nome indica, tem o espelho de água na superfície terrestre.
4 – Água de chuva armazenada	abastecimento por água da chuva armazenada em reservatórios, como cisternas.
5 – Carro pipa	transporte de água em caminhões, carroças com tonéis, etc.
6 – Outra	quando a principal alternativa for diferente das citadas anteriormente.
7 – Não tem solução (passe para o quesito 7)	o distrito não utiliza solução alternativa à rede geral de distribuição de água.

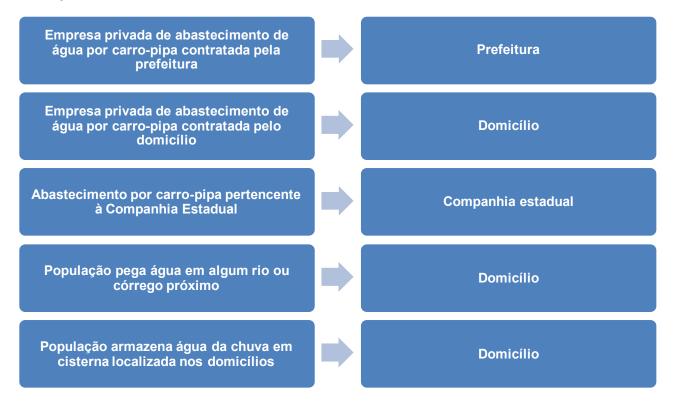
Quesito 6 – Responsável pela operação do sistema alternativo mais utilizado:

Se existe utilização de solução alternativa para o abastecimento de água, este quesito investiga o agente que providencia o abastecimento de água, na ausência de rede geral, para a maior parte da população atendida pelo sistema alternativo.

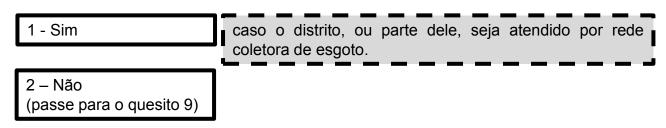
1 – Prefeitura	caso a prefeitura seja sua principal operadora
2 – Domiciliar	sistema é operado pelos próprios domicílios que o utilizam.
3 – Associação de moradores	caso ele seja operado predominantemente por associações de moradores.

4 – Companhia estadual de saneamento	caso a sua operação seja feita, predominantemente, pela companhia estadual.
5 – Empresa privada	caso a sua operação seja feita, predominantemente, por empresas privadas.
6 – Outro	caso o principal responsável pela operação seja diferente dos citados anteriormente.

Exemplos:



Quesito 7 – Existe esgotamento sanitário no distrito através de rede coletora de esgoto?



Rede coletora de esgoto - é constituída de rede de tubulações ligadas às unidades ou prédios, conduzindo esgoto até o ponto de tratamento ou de lançamento final.

Se houver pelo menos um distrito neste quesito com o código 1 (Sim), o preenchimento do Bloco 8 é obrigatório. Se todos os distritos registrados neste quesito assinalarem o código 2 (Não), o Bloco 8 fica em branco.



Quesito 8 - Esta rede está disponível em:

Se o distrito tem esgotamento sanitário através de rede coletora de esgoto, este quesito investiga se a rede coletora de esgoto está disponível em parte ou em todo o distrito.

A rede coletora de esgoto está disponível quando há tubo coletor de esgoto para ligação das economias.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Parte do distrito	a rede coletora de esgoto está disponível apenas em parte do distrito.
2 – Todo o distrito	a rede coletora de esgoto está disponível em todo o distrito.

Quesito 9 – Qual a solução alternativa mais utilizada?

Este quesito investiga a solução alternativa para o esgotamento sanitário em todos os distritos relacionados, pois mesmo que o distrito tenha rede coletora disponível, pode haver a utilização de solução alternativa por parte da população do distrito.



Considere como solução alternativa de esgotamento sanitário, qualquer forma de destinação do esgoto produzido que não a rede coletora. Considere como solução mais utilizada aquela que for de uso pela maior parte da população do distrito.

1 – Fossas sépticas

dispositivos tipo câmara, enterrados, revestidos e sem possibilidade de infiltração no solo, destinados a receber o esgoto para separação e sedimentação do material sólido, transformando-o em material inerte. A parte líquida do esgoto pode ser encaminhada a sumidouros, valas de infiltração ou filtros biológicos.



2 - Fossas não sépticas

cavidades para as quais se destina o esgoto domiciliar (todo o esgoto ou apenas o esgoto primário (fezes e urina)), que não apresentam revestimento impermeável ou tratamento adequado dos resíduos conforme nas fossas sépticas.

3 - Valas

valas ou valetas por onde escorre o esgoto a céu aberto em direção a cursos d'água ou ao sistema de drenagem, atravessando os terrenos das casas ou as vias públicas.



4 – Lançamento em corpos d'água

lançamento do esgoto sem tratamento, diretamente em rios, riachos, córregos, lagos, represas, açudes, etc.

5 - Outra

quando a principal alternativa for diferente das citadas anteriormente.

6 – Não tem solução (passe para o Bloco 6)

o distrito não utiliza solução alternativa à rede coletora de esgoto.

Sumidouros – dispositivos enterrados, normalmente cilíndricos, destinados a promover a absorção da parte líquida do esgoto pelo solo, podendo ser revistido com material que permite a infiltração no solo.

Valas de infiltração – conjunto de canalizações assentado a uma profundidade determinada, destinado a promover a absorção da parte líquida do esgoto pelo solo. A percolação, isto é, a passagem de líquido pelo solo e pedras permeáveis, fluindo para reservatórios subterrâneos, permitirá a mineralização dos esgotos, antes que os mesmos se transformem em fonte de contaminação das águas subterrâneas e de superfície. A mineralização consiste na transformação do material orgânico em inorgânico.

Filtros biológicos – sistema no qual o esgoto sanitário passa por um leito de material de enchimento recoberto com microorganismos e ar, acelerando o

processo de digestão da matéria orgânica. Tratamento complementar ao da fossa séptica e que permite o lançamento dos esgotos em cursos de água superficiais.

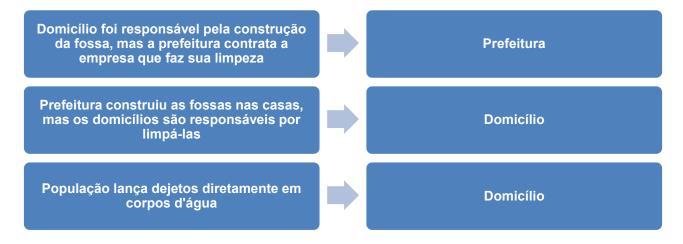
Quesito 10 – Responsável pela operação do sistema alternativo mais utilizado:

Se existe utilização de solução alternativa para o esgotamento sanitário, este quesito investiga o agente que mantém o funcionamento do sistema alternativo mais utilizado, para a maior parte da população.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Prefeitura	caso a prefeitura seja sua principal operadora
2 – Domiciliar	sistema é operado pelos próprios domicílios que o utilizam.
3 – Associação de moradores	caso ele seja operado predominantemente por associações de moradores.
4 – Companhia estadual de saneamento	caso a sua operação seja feita, predominantemente, pela companhia estadual.
5 – Empresa privada	caso a sua operação seja feita, predominantemente, por empresas privadas.
6 – Outro	caso o principal responsável pela operação seja diferente dos citados anteriormente.

Exemplos:



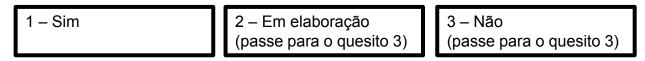
BLOCO 06 – DADOS GERAIS

Objetivo

Obter informações sobre os serviços de saneamento, instrumentos de gestão para a ação municipal na política de saneamento, a interlocução com a sociedade civil e a articulação interinstitucional.

Quesito 1 – O município possui Política Municipal de Saneamento Básico?

Assinale, conforme o caso, a opção:

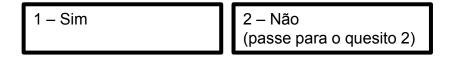


Política Municipal de Saneamento Básico: a Lei Federal de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), capítulo II, artigo 9º, estabelece que o titular dos serviços de saneamento básico (a prefeitura) deve formular a respectiva política pública de saneamento básico. Segundo o artigo 2º da Resolução Recomendada nº 75, do Ministério das Cidades, a política deve contemplar, entre outros: a definição da forma de prestação de serviços; a definição das normas de regulação; a fixação de direitos e deveres dos usuários; o estabelecimento dos instrumentos de participação e controle social.

Quesito 1.1 - É instituída por instrumento legal?

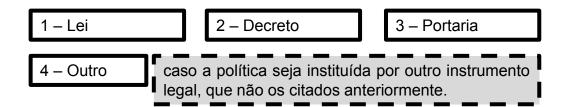
Se o município possui Política Municipal de Saneamento, este quesito investiga se a política foi instituída por instrumento legal.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 1.1.1 - Qual o instrumento?

Se o município possui Política Municipal de Saneamento e sendo instituída por instrumento legal, por qual instrumento foi instituída a política.



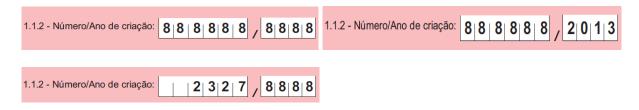
Quesito 1.1.2 - Número/ano de criação:

Se o município possui Política Municipal de Saneamento e sendo instituída por instrumento legal, este quesito investiga o número da lei/decreto/portaria e ano de criação.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação da política, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

Exemplos:



Quesito 2 - A Política Municipal de Saneamento Básico contempla:

Se o município possui Política Municipal de Saneamento, este quesito investiga o que está contemplado na política.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

2.1 – Plano municipal de saneamento básico instrumento de implementação da Política Municipal de Saneamento básico. Estabelece os objetivos, as diretrizes, as metas e as condições de prestação dos serviços visando a sua universalização.

2.2 – Forma de prestação de serviços de saneamento básico e/ou definição do prestador de serviços

define de que maneira o serviço será prestado e/ou quem será o prestador do serviço.

2.3 – Forma de regulação e fiscalização de serviços de saneamento básico e/ou definição do órgão responsável pela regulação e fiscalização

define de que maneira será feita a regulação e/ou fiscalização do serviço e qual órgão será responsável.

2.4 – Mecanismos de controle social

mecanismos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participação nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

2.5 – Sistema de informação sobre os serviços

sistema de informações sobre os serviços de saneamento, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento.

2.6 – Parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública

define parâmetros mínimos para os serviços de saneamento básico no que se refere à saúde da população.

2.7 – Direitos e deveres dos usuários

fixa direitos e deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico.

2.8 – Definição do volume mínimo per capita de água para abastecimento público

define um volume mínimo de água potável que deve ser distribuído por pessoa, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água.

2.9 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

trata do fundo especial voltado para a política de saneamento.

2.10 - Tarifa social

subsídio dado a grupos populacionais ou localidades específicas por meio de tarifas diferenciadas.

2.11 – Nenhum	dos	itens
relacionados		

não reconhece nenhum dos itens acima como componentes da política.

Prestação de serviço público de saneamento básico - atividade, acompanhada ou não de execução de obra, com objetivo de permitir aos usuários acesso a serviço público de saneamento básico com características e padrões de qualidade determinados pela legislação, planejamento ou regulação.

Prestador de serviço público - o órgão ou entidade, inclusive empresa: a) do titular, ao qual a lei tenha atribuído competência de prestar serviço público; ou b) ao qual o titular tenha delegado a prestação dos serviços.

Regulação - todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação, fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos.

Fiscalização - atividade de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público.

(Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.)

Subsídios - instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda. (Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.)

Quesito 3 – O município possui Plano Municipal de Saneamento Básico?

Assinale, conforme o caso, a opção:

	não abarque os q (abastecimento de	nunicípio tem um plano, ainda que ele uatro serviços de saneamento básico água, esgotamento sanitário, manejo e e manejo de águas pluviais).
2 – Em elaboração (passe		3 – Não (passe para o quesito 7)

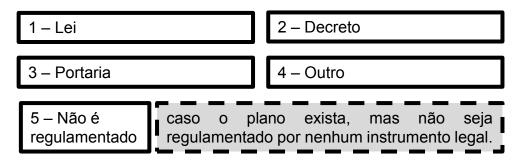
Plano Municipal de Saneamento Básico - instrumento de implementação da Política Municipal de Saneamento Básico. Estabelece os objetivos, as diretrizes, as metas e as condições de prestação dos serviços visando a sua universalização. Devem ser editados pelos titulares (prefeituras), podendo ser elaborados com base

em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço. A consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço deve ser efetuada pelos respectivos titulares.

Quesito 3.1 - É regulamentado por qual instrumento legal?

Se o município possui Plano Municipal de Saneamento, este quesito investiga se o plano foi regulamentado por instrumento legal.

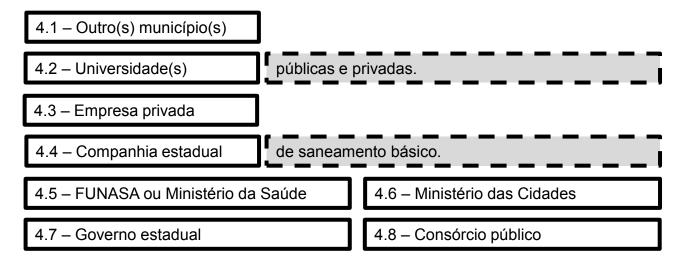
Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 4 - O Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado em conjunto com:

Se o município possui Plano Municipal de Saneamento, este quesito investiga se o plano foi elaborado em conjunto.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



4.9 - Comitê de Bacia
Hidrográfica

são organismos colegiados que fazem parte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, são fóruns em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre o uso da água em determinada bacia hidrográfica.

4.10 - Outro(s)

4.11 – Não contou com a participação de outros órgãos ou instituições.

Quesito 5 - O Plano abrange os serviços de:

Se o município possui Plano Municipal de Saneamento, este quesito investiga quais serviços são contemplados no plano.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

5.1 – Abastecimento de água

constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

5.2 – Esgotamento sanitário

constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente.

5.3 – Limpeza pública e manejo de resíduos sólidos

conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

5.4 – Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Quesito 6 - O Plano Municipal de Saneamento Básico possui:

Se o município possui Plano Municipal de Saneamento, este quesito investiga quais aspectos da política de saneamento do município são tratados no plano.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

6.1 – Diagnóstico da situação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida da população local

dados atualizados, projeções e análise do impacto nas condições de vida da população.

6.2 – Objetivos e metas de curto, médio e longo prazos de universalização dos serviços

objetivos e metas de universalização dos serviços, com integralidade, qualidade e prestados de forma adequada à saúde pública, à proteção do meio ambiente e à redução das desigualdades sociais.

6.3 – Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e metas propostos

estabelecimento de mecanismos de gestão apropriados, para o cumprimento dos objetivos e metas, e para assegurar a sustentabilidade da prestação dos serviços.

6.4 – Ações para emergências e contingências

diretrizes para os planos de racionamento e atendimento a aumentos de demanda temporária, podendo incluir integração com planos locais de contingência e adoção de mecanismos tarifários de contingência.

6.5 – Mecanismos e procedimentos para a avaliação e monitoramento sistemáticos das ações programadas

mecanismos de divulgação e acesso aos relatórios de monitoramento e avaliação da implementação do plano; e detalhamento do processo de revisão do plano, com a previsão das etapas preliminares de avaliação e discussões públicas.

6.6 – Definição do ente regulador do serviço

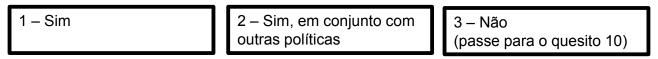
definição do responsável pela regulação dos serviços.

6.7 – Definição de tarifa social para serviços de saneamento básico

definição da tarifa diferenciada dada a grupos populacionais ou localidades específicas.

Quesito 7 – O município possui Conselho Municipal de Saneamento?

Assinale, conforme o caso, a opção:



Conselhos municipais - são canais de participação do cidadão nos assuntos do município. São a forma mais direta que os habitantes têm de participar das decisões administrativas do seu município (sendo as outras formas de participação direta as conferências, seminários, fóruns e audiências públicas).

Exemplos:

Conselho Municipal de Controle Social de Saneamento Básico, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Saneamento Básico, Conselho Municipal de Habitação e Saneamento.

Quesito 7.1 - Lei/ano de criação:

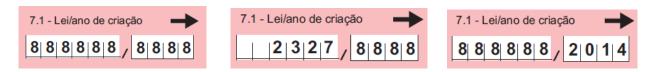
Se o município possui Conselho Municipal de Saneamento, informe o número da lei e ano de criação do conselho.

Todo conselho é criado por **Lei**, que estabelece suas competências e representantes, entre outras informações.



No preenchimento dos itens correspondentes à lei e/ou ano de criação do conselho, quando desconhecidos, preencher o campo com: 888888/8888 ou 888888/Ano ou Lei/8888.

Exemplos:



Quesito 7.2 - O Conselho é:

Se o município possui Conselho Municipal de Saneamento, informe a composição do conselho.

1 - Paritário	quando o número de conselheiros da sociedade é igual ao número de conselheiros da administração pública.
2 - Tem maior representação governamental	quando o número de conselheiros da administração pública é maior.
3 - Tem maior represen- tação da sociedade civil	quando o número de conselheiros da sociedade é maior.

Quesito 8 - Caráter do Conselho:

Se o município possui Conselho Municipal de Saneamento, informe o caráter do conselho.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

8.1 - Consultivo	é aquele em que seus integrantes têm o papel, de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.
8.2 - Deliberativo	é aquele que, efetivamente, tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
8.3 - Normativo	é aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.
8.4 - Fiscalizador	é aquele que fiscaliza a implementação e funcionamento de políticas e/ou administração de recursos relativos à sua área de atuação.

Quesito 9 - Quantidade de reuniões realizadas pelo conselho nos últimos 12 meses:

Se o município possui Conselho Municipal de Saneamento, informe a quantidade de reuniões (sejam elas ordinárias ou extraordinárias) realizadas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

A frequência das reuniões ordinárias é estabelecida no regimento interno do conselho. Sempre que necessário, convocam-se reuniões extraordinárias, segundo os critérios também definidos no regimento interno.

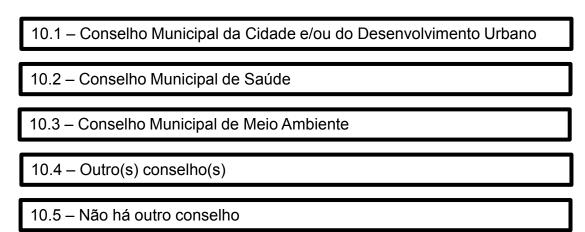


No preenchimento do item correspondente à quantidade de reuniões, quando desconhecida, preencher o campo com 888.

Quesito 10 - Assinale o(s) outro(s) conselho(s) que participa(m) no controle dos serviços de saneamento básico:

Este quesito investiga a existência de conselhos, que não o de saneamento, que também participam no controle dos serviços de saneamento básico.

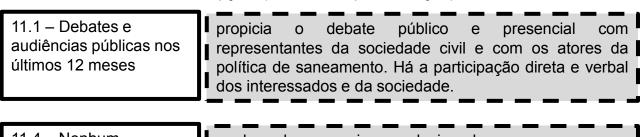
Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



Quesito 11 - Dentre os itens relacionados abaixo, quais os mecanismos de participação da comunidade no controle dos serviços de saneamento básico?

Este quesito investiga os mecanismos de participação da comunidade no controle dos serviços de saneamento, que ocorreram nos períodos considerados.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)



11.4 – Nenhum mecanismo

nenhum dos mecanismos relacionados .

11.2 – Consultas públicas nos últimos 12 meses

são processos democráticos para construção conjunta de políticas públicas entre governo e sociedade. São mais formais, ao permitir uma participação apenas indireta, com a apresentação de peças e memoriais escritos.

11.3 – Conferência das Cidades nos últimos 4 anos

é o espaço destinado a congregar entidades representativas de segmentos da sociedade para articular e integrar as diferentes políticas urbanas, de maneira transversal.

11.4 – Nenhum dos mecanismo relacionados

Quesito 12 - O município possui Fundo Municipal de Saneamento Básico?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim quando for um fundo exclusivo para o saneamento ou quando for mais abrangente e trate também de outras políticas.

2 - Não

Fundos especiais - fundos são parcelas de recursos financeiros reservados para determinados fins especificados em lei, os quais devem ser alcançados através de planos de aplicação elaborados pelo respectivo gestor, sujeitos obrigatoriamente ao controle externo do Tribunal de Contas.

Quesito 13 - O município faz parte de consórcio público na área de:

Este quesito investiga se o município participa de consórcio público que atue na área do saneamento básico.

Assinale, conforme o caso, a opção:

13.1 – Abastecimento de água

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 13.2)

13.2 – Esgotamento sanitário

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 13.3)

13.3 – Manejo de águas pluviais	1 – Sim	2 – Não (passe para o quesito 13.4)
13.4 – Manejo de resíduos sólidos	1 – Sim	2 – Não (passe para o quesito 14)

Consórcios públicos - são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum em qualquer área, voltados para o desenvolvimento regional. Os consórcios podem ser firmados entre todas as esferas de governo (municípios-municípios, municípios-estados, municípios-estado-União). Entretanto, a União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte os estados em cujos territórios estejam situados os municípios consorciados. Todo consórcio público possui CNPJ. (Lei Federal nº. 11.107, de abril de 2005, que rege os Consórcios Públicos.)



No caso de um mesmo consórcio atuar em uma ou mais área do saneamento, assinalar todas as áreas de atuação do consórcio.

Exemplos:



Quesito 13.1.1, 13.2.1, 13.3.1 e 13.4.1 - O Estado participa do consórcio?

Se o município participa de consórcio, informe se o Estado também participa.

1 - Sim

2 - Não

Quesito 13.1.2, 13.2.2, 13.3.2 e 13.4.2 - Finalidade do consórcio:

Se o município participa de consórcio, informe qual a finalidade do consórcio.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

13.1.2.1 – Prestação de serviço

execução de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa.

13.1.2.2 – Regulação do serviço

todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas | características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos (Decreto 7.127/2010).

13.1.2.3 – Planejamento

as atividades de identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais o serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada (Decreto 7.127/2010).

13.1.2.4 – Apoio à prestação de serviços

apoio institucional, técnico e administrativo à prestação de servicos.

Contrato de programa - contrato de delegação da prestação de um serviço público que não exige licitação, estando restrito aos casos em que o prestador de caráter público é contratado no âmbito de cooperação federativa. Ocorre sempre entre dois entes da federação, inclusive órgãos de administração indireta.

Exemplos:

Apoio à prestação de serviços - compras coletivas de equipamentos, como hidrômetros; cursos de capacitação para funcionários; concursos para os Serviços Autônomos de Água e Esgoto - SAAEs contratarem corpo técnico; análises de qualidade da água.

Planejamento - elaboração de projetos para que as prefeituras/SAAEs possam ter acesso a recursos não onerosos e financiados; apoio à elaboração de planos municipais de saneamento.

Quesito 14 - O município definiu o órgão responsável pela regulação dos serviços de:

Este quesito investiga se o município definiu o órgão responsável pela regulação de cada um dos serviços de saneamento básico. Em seguida, deve ser feito o cadastramento das informações referentes ao órgão regulador do serviço.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

14.1 – Não definiu	os demais itens do quesito devem ficar em branco.
14.2 – Abastecimento de água	definido o órgão regulador do serviço de abastecimento de água, preencha as informações cadastrais do referido órgão nos itens 14.2.1 ao 14.2.13.
14.3 – Esgotamento sanitário	definido o órgão regulador do serviço de esgotamento sanitário, preencha as informações cadastrais do referido órgão nos itens 14.3.1 ao 14.3.13 .
14.4 – Manejo de águas pluviais	definido o órgão regulador do serviço de manejo de águas pluviais, preencha as informações cadastrais do referido órgão nos itens 14.4.1 ao 14.4.13 .
14.5 – Manejo de resíduos sólidos	definido o órgão regulador do serviço de manejo de resíduos sólidos, preencha as informações cadastrais do referido órgão nos itens 14.5.1 ao 14.5.13 .

De acordo com a Lei Federal nº 11.445, de 07 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, as entidades reguladoras têm por obrigação legal, estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários, garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, prevenir e reprimir o abuso do poder econômico e definir tarifas.

De acordo com o Decreto 7.127/2010:

IV - entidade de regulação, entidade reguladora ou regulador: agência reguladora, consórcio público de regulação, autoridade regulatória, ente regulador, ou qualquer outro órgão ou entidade de direito público que possua competências próprias de

natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções de prestador dos serviços regulados.

Preenchimento dos itens cadastrais das reguladoras dos serviços:

Se o município definiu o órgão regulador de pelo menos um dos serviços de saneamento, informe os dados do órgão regulador.

14.2.1, 14.3.1, 14.4.1, 14.5.1 - Nome ou Razão social:

Registre o nome ou razão social do órgão regulador do serviço sem abreviações.

14.2.2, 14.3.2, 14.4.2, 14.5.2 - Ente regulador:

1 – Órgão Municipal	secretaria, departamento, divisão, setor ou similar.
2 – Autarquia municipal	entidade com personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio próprio, atribuições públicas específicas e capacidade de autoadministrar-se sob controle municipal.
3 – Consórcio público	entidade pública resultante de acordo formal entre dois ou mais municípios do mesmo estado (Consórcio intermunicipal), ou entre município(s) e estado(s) ou entre município(s), estado(s) e a União (Consórcio interfederativo).
4 – Entidade reguladora estadual	entidade pública estadual
5 – Outro órgão público	outro órgão público diferente dos citados anteriormente.
6 – Outro	
Exemplos:	
Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cachoeiro de Itapemirim – AGERSA	



14.2.3, 14.3.3, 14.4.3, 14.5.3 - CNPJ:

Registre o número do CNPJ do órgão regulador.

14.2.4, 14.3.4, 14.4.4, 14.5.4 - Telefone:

Registre o número do DDD e do telefone do órgão regulador.

14.2.5, 14.3.5, 14.4.5, 14.5.5 - Logradouro:

Registre o tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia, praça, etc.) e o nome do logradouro, por extenso, onde está localizado o órgão regulador. Somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso do endereço, poderão ser utilizadas abreviaturas, como por exemplo: R. (rua), Av. (avenida) e Pç (praça), etc.

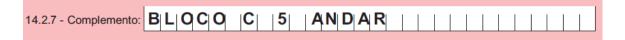
14.2.6, 14.3.6, 14.4.6, 14.5.6 – Número:

Registre o número do prédio onde está localizado o órgão regulador. Caso o prédio não possua numeração, o quesito pode ficar em branco.

14.2.7, 14.3.7, 14.4.7, 14.5.7 – Complemento:

Registre o tipo de complemento (bloco, grupo, andar, sala, loja, etc) do endereço do logradouro onde está localizado o órgão regulador, deixando, se possível, um espaço em branco entre as palavras. *Caso não possua complemento, o quesito pode ficar em branco.*

Exemplo:



14.2.8, 14.3.8, 14.4.8, 14.5.8 - Bairro:

Registre o nome do bairro, por extenso, onde está localizado o órgão regulador. Caso o município de localização do órgão regulador não possua divisão por bairro, o quesito pode ficar em branco.

14.2.9, 14.3.9, 14.4.9, 14.5.9 - CEP:

Registre o CEP do logradouro onde está localizado o órgão regulador.

14.2.10, 14.3.10, 14.4.10, 14.5.10 – Município:

Registre o nome do município, por extenso, onde está localizado o órgão regulador.

14.2.11, 14.3.11, 14.4.11, 14.5.11 – Unidade da Federação:

Registre o nome da Unidade da Federação (Estado) onde está localizado o órgão regulador.

14.2.12, 14.3.12, 14.4.12, 14.5.12 - E-mail:

Registre o e-mail/endereço eletrônico do órgão regulador.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

14.2.13, 14.3.13, 14.4.13, 14.5.13 - Endereço do site:

Registre o endereço da página na internet (página web) do órgão regulador.

No questionário **já está impresso o www.**, portanto não deverá ser registrado novamente no espaço destinado ao endereço da página.

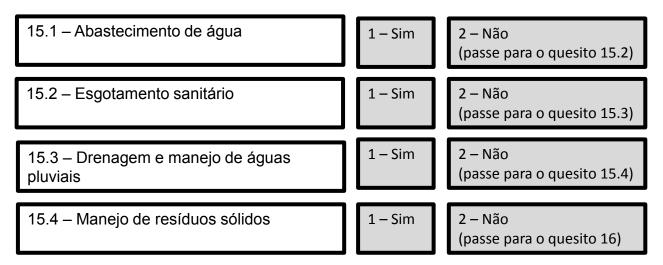
No caso de mais de um serviço possuir o mesmo órgão regulador, com todas as informações cadastrais idênticas, no sistema de entrada de dados, preencher todas as informações cadastrais em pelo menos um dos serviços e nos demais, basta repetir o CNPJ que o próprio sistema se encarregará de preencher o restante das informações.



Quesito 15 - Existem licenças ambientais relativas aos sistemas de:

Este quesito investiga se o município possui licença ambiental para os sistemas de saneamento básico. Assinale "sim", caso ao menos uma das executoras do serviço no município tenha uma licença ambiental para atuar na área.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Licenciamento ambiental - é o procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, que pode ser federal, estadual ou municipal, para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental.

Quesito 15.1.1, 15.2.1, 15.3.1, 15.4.1 - Acompanha o prazo de vigência da licença?

Se existe licença ambiental para pelo menos um dos serviços, informe se a prefeitura tem conhecimento sobre os prazos de vigência e necessidade de renovação das licenças ambientais relativas ao serviço em questão.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

As licenças ambientais têm prazos de validade, que variam conforme o tipo de licença de acordo com os parâmetros estabelecidos na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 237/97. Durante seu período de vigência, o órgão ambiental responsável deve acompanhá-la, podendo fazer visitas regulares à prestadora do serviço para verificar o cumprimento das exigências estabelecidas.

Quesito 16 - Existe sistema municipal de informações de caráter público sobre os serviços de saneamento?

Considere como sistema municipal de informações de caráter público, sistemas ou meios de informação sobre os serviços aos quais o público tenha livre acesso, independente de qualquer forma de requerimento ou permissão.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Quesito 17 - Existe ouvidoria municipal ou central de atendimento ao cidadão para recebimento de reclamações ou manifestações sobre os serviços de saneamento?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

mesmo que a ouvidoria ou a central de atendimentos não seja exclusiva para os serviços de saneamento.

2 - Não

Ouvidoria Municipal - é o elo de comunicação entre os munícipes e a Administração Pública Municipal. Recebe reclamações, denúncias, solicitações e sugestões e as encaminha ao setor responsável. Acompanha o desenrolar dos problemas, com todo o sigilo e dedicação inerentes, e cobra sua solução.

Central de atendimento ao cidadão - funciona como a interface entre a sociedade e a Administração Pública Municipal. Trata-se de uma central de atendimento para cadastramento de consultas, reclamações, denúncias e outras demandas com relação aos serviços públicos.

Quesito 18 - A prefeitura tem conhecimento da ocorrência de endemia(s) ou epidemia(s) associada(s) ao saneamento básico, nos últimos 12 meses?

Este quesito investiga se a prefeitura tem conhecimento da ocorrência de endemia(s) ou epidemia(s) associada(s) ao saneamento básico, nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

1 – Sim
2 – Não
(passe para o Bloco 7)

Endemia - doença que existe constantemente em determinado lugar e ataca número maior ou menor de indivíduos.

Epidemia - doença que surge rapidamente num lugar e acomete, a um tempo, grande número de pessoas.

Quesito 19 - De que doença(s)?

Se a prefeitura tem conhecimento da ocorrência de endemia(s) ou epidemia(s) associada(s) ao saneamento básico, informe as doenças ocorridas nos últimos 12 meses (considere os doze meses anteriores ao mês da coleta).

19.1 – Diarreia	1 - Sim	2 - Não
19.2 – Leptospirose	1 - Sim	2 - Não
19.3 – Verminoses	1 - Sim	2 - Não
19.4 – Cólera	1 - Sim	2 - Não
19.5 – Difteria	1 - Sim	2 - Não
19.6 – Dengue	1 - Sim	2 - Não
19.7 – Zika	1 - Sim	2 - Não
19.8 – Chikungunya	1 - Sim	2 - Não
19.9 – Tifo	1 - Sim	2 - Não
19.10 – Malária	1 - Sim	2 - Não
19.11 – Hepatite	1 - Sim	2 - Não

19.12 – Febre amarela	1 - Sim	2 - Não
19.13 – Dermatite	1 - Sim	2 - Não
19.14 – Doença do aparelho respiratório	1 - Sim	2 - Não
19.15 – Outras	1 - Sim	2 - Não

► BLOCO 07 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA (AA)



Este bloco só será preenchido se houver pelo menos um distrito registrado no Bloco 05, quesito 3, com o código 1.

Quesito 1 – O órgão municipal gestor do serviço de abastecimento de água caracteriza-se como:

Este quesito investiga a caracterização do órgão gestor do serviço de abastecimento de água.

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo municipal de primeiro escalão, embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria municipal exclusiva (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor trata da política de saneamento isoladamente.

- 2 Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais
- quando o órgão gestor trata da política de saneamento em conjunto com outras.
- 3 Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 4)

quando não existe estrutura organizacional na prefeitura para a gestão da política de saneamento no município.

Exemplos:

1) A gestão do serviço de abastecimento de água é feita pela Secretaria Municipal de Saneamento.

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água: Secretaria Municipal de Saneamento.

2) A gestão do serviço de abastecimento de água é feita junto com a de desenvolvimento urbano na Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente.

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais:

Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água: Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

3) A gestão do serviço de abastecimento de água é feita em um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4) A gestão do serviço de abastecimento de água é feita pelo Gabinete do Prefeito.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água: Gabinete do Prefeito.

5) A gestão do serviço de abastecimento de água é feita pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Caracterização: Órgão da administração indireta:

Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água: Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

6) Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para a gestão do serviço de abastecimento de água.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água: em branco.

Quesito 2 – A qual secretaria ou setor, o órgão municipal gestor do serviço de abastecimento de água está associado ou subordinado?

Se existe órgão gestor do serviço de abastecimento de água, caracterizado como secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais ou setor subordinado a outra secretaria, este quesito investiga quais políticas a gestão do serviço de

abastecimento de água está associada (secretaria municipal em conjunto com outras políticas) ou subordinada (setor subordinado a outra secretaria).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

2.1 – Obras	2.2 - Saúde
2.3 - Meio ambiente	2.4 - Habitação
2.5 - Planejamento	2.6 – Desenvolvimento Urbano
2.7 - Outro	

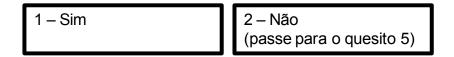
Quesito 3 – Nome do órgão gestor do serviço de abastecimento de água:

Se existe órgão gestor do serviço de abastecimento de água, registre o nome do órgão gestor do serviço.

Quesito 4 – A prefeitura possui quadro técnico atuando na área de abastecimento de água?

Considere quadro técnico pessoas com curso superior, curso técnico de nível médio ou especialização na área de abastecimento de água.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 4.1 - Qual a formação dos funcionários que compõem o quadro técnico?

Se existe quadro técnico atuando na área de abastecimento de água, informe a formação dos funcionários.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

4.1.1 – Nível superior	4.1.2 - Nível médio técnico	4.1.3 - Outras

Quesito 5 – Existe legislação municipal sobre proteção de mananciais?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Manancial - é a fonte de água doce superficial ou subterrânea utilizada para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. As áreas contendo os mananciais devem ser alvo de atenção específica, contemplando aspectos legais e gerenciais.

Legislação de proteção de mananciais - é um instrumento legal que disciplina o uso e ocupação do solo para proteção dos mananciais e demais recursos hídricos de interesse. Tem por objetivo garantir a existência de água suficiente e com qualidade para abastecimento da população, e redirecionar o desenvolvimento da metrópole a fim de proteger seus recursos hídricos.

Quesito 6 – A legislação municipal exige a aprovação e implantação de um sistema de abastecimento de água para loteamentos novos?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Loteamentos novos - áreas no espaço urbano destinadas às novas construções e que devem seguir padrões técnicos determinados por legislação específica.

Quesito 7 – Existe na administração pública municipal órgão responsável pela fiscalização da qualidade da água?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público.

Fiscalização - atividade de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público. (Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.)

Quesito 8 – Responsável pela execução do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição:

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – A prefeitura é a única executora do serviço (passe para o quesito 10) somente a prefeitura executa o serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição.

2 – Outra(s) entidade(s) é(são) executora(s) do serviço

quando outra(s) entidade(s) pública(s) e/ou privada(s) | executa(m) o serviço de abastecimento de água no município, como autarquias, empresas públicas. sociedade de economia mista. consórcio público (intermunicipal ou interfederativo), empresa privada, fundação, associação, etc.

3 – A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço se a prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição no município.

Quesito 9 - Instrumento(s) de delegação da prestação de serviço:

Se a execução do serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição é feita por outra entidade, sem a participação da prefeitura, ou por outra entidade e a prefeitura, informe o instrumento utilizado para a delegação da prestação do serviço.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

9.1 – Contrato de programa

contrato de delegação da prestação de um serviço público que não exige licitação, estando restrito aos casos em que o prestador de caráter público contratado no âmbito de cooperação federativa prevista na Lei 11.107, de 6 de abril de 2005. Ocorre sempre entre dois entes da federação, inclusive órgãos de administração indireta.

9.2 – Contrato de concessão

contrato de delegação da prestação de um serviço público, precedido de licitação nos termos das Leis 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, esta última no caso de parceria público-privada.

9.3 – Convênio administrativo (para associação civil ou comunitária)

forma de delegação da prestação de um serviço público a não titulares, restrita a condomínios ou localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda. A lei 11.445 considera esse instrumento como precário e, portanto, a delegação a entidades que não se encaixem nessas categorias deve acontecer, necessariamente, via contrato de programa ou concessão.

9.4 - Outro

outro instrumento de delegação diferente dos citados anteriormente.

9.5 - Inexistente

Não possui instrumento de delegação da prestação de serviço.

Quesito 10 – Número de entidades executoras do serviço de abastecimento de água:

Registre o número de entidades que executam serviço de abastecimento de água no município, inclusive a prefeitura quando esta for executora do serviço.



Considerar as entidades que estão operando os serviços de abastecimento de água, por rede geral de distribuição, no município, na data da coleta.

Quesito 11 – Cadastramento da(s) entidade(s) executora(s) do serviço de abastecimento de água:

Registre as informações cadastrais para cada entidade executora de serviços de abastecimento de água no município, inclusive a prefeitura, quando esta for executora do

serviço.

Se a entidade executora do serviço de abastecimento de água estiver localizada em outro município, sem existência de uma representação da mesma no município onde está sendo executado o serviço, registre o endereço da sede.





Caso existam mais de duas entidades executoras de serviços de abastecimento de água no município, utilize a Folha Suplementar de Abastecimento de Água.

11.1.1 - Nome ou Razão social:

Registre o nome ou razão social da entidade executora de serviços de abastecimento de água. **Não use abreviações ou siglas.**

11.1.2 – Esfera administrativa:

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Federal	quando a executora do serviço é da administração pública federal.
2 - Estadual	quando a executora do serviço é da administração pública estadual.
3 - Municipal	quando a executora do serviço é da administração pública municipal.
4 - Privada	quando a executora do serviço é privada.
5 - Interfederativa	quando a executora do serviço é um consórcio público municípios-estados, municípios-estado-União.
6 - Intermunicipal	quando a executora do serviço é um consórcio público intermunicipal.

11.1.3 – Natureza jurídica:

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Administração direta do poder público	é o conjunto de órgãos e serviços integrados na chefia do Poder Executivo (federal, estadual ou municipal) e de seus órgãos auxiliares (ministérios, secretarias ou equivalentes).
2 - Autarquia	entidade com personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio próprio, atribuições públicas específicas e capacidade de auto-administrar-se sob controle federal, estadual ou municipal.
3 – Empresa pública	entidade paraestatal, criada por lei, com personalidade jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, de uma só ou de várias entidades, mas sempre capital público.
4 - Sociedade de economia mista	entidade paraestatal, criada por lei, com capital público e privado, maioria pública nas ações com direito a voto, gestão exclusivamente pública, com todos os dirigentes indicados pelo poder público.
5 - Consórcio público	entidade pública resultante de acordo formal entre dois ou mais municípios do mesmo estado (Consórcio Intermunicipal), ou entre município(s) e estado(s) ou entre município(s), estado(s) e a União (Consórcio Interfederativo).
6 - Empresa privada	empresa com capital predominante ou integralmente privado, administrada exclusivamente por particulares.
7 - Fundação	considerar neste item as fundações públicas ou privadas.
8 - Associação	entidade da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, à qual tenha sido delegada a administração dos serviços (associações de moradores, por exemplo).
9 - Outra	entidade cuja constituição jurídica não esteja discriminada anteriormente.

Natureza jurídica - forma jurídica segundo a qual foi constituída a entidade responsável pelo serviço de abastecimento de água no município. A natureza jurídica define a caracterização da entidade do ponto de vista legal e fiscal.

Fundação pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes (art. 5°, IV do Decreto-Lei nº 200/67).

Fundação privada - fundação criada pela iniciativa particular, pessoa física e/ou pessoa jurídica, regida inteiramente pelo direito privado, previstas nos artigos 44, inciso III, e 62 a 69 da Lei nº 10.406, de 07/01/2002 (Código Civil).

11.1.4 - CNPJ:

Registre o número do CNPJ da entidade executora de serviços de abastecimento de água.

11.1.5 - Telefone:

Registre o número do DDD e do telefone da entidade executora de serviços de abastecimento de água.

11.1.6 - Logradouro:

Registre o tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia, praça, etc.) e o nome do logradouro, por extenso, onde está localizada a entidade executora de serviços de abastecimento de água. Somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso do endereço, poderão ser utilizadas abreviaturas, como por exemplo: R. (rua), Av. (avenida) e Pç (praça), etc.

11.1.7 - Número:

Registre o número do prédio onde está localizada a entidade executora de serviços de abastecimento de água. Caso o prédio não possua numeração, o quesito pode ficar em branco.

11.1.8 – Complemento:

Registre o tipo de complemento (bloco, grupo, andar, sala, loja, etc) do endereço do logradouro onde está localizada a entidade executora de serviços de abastecimento de água, deixando, se possível, um espaço em branco entre as palavras. *Caso não possua complemento, o quesito pode ficar em branco.*

Exemplo:



11.1.9 - Bairro:

Registre o nome do bairro, por extenso, onde está localizada a entidade executora de serviços de abastecimento de água. Caso o município de localização da entidade executora de serviços não possua divisão por bairro, o quesito pode ficar em branco.

11.1.10 - CEP:

Registre o CEP do logradouro onde está localizada a entidade executora de serviços de abastecimento de água.

11.1.11 - E-mail:

Registre o e-mail/endereço eletrônico da entidade executora de serviços de abastecimento de água.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

11.1.12 – Endereço do site:

Registre o endereço da página na internet (página web) da entidade executora de serviços de abastecimento de água.

No questionário **já está impresso o www.**, portanto não deverá ser registrado novamente no espaço destinado ao endereço da página.

Quesito 12 – Existe cobrança de tarifa pelo serviço de abastecimento de água?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim 2 - Não

Quesito 13 – Existe algum tipo de subsídio para os serviços de abastecimento de áqua?

1 – Sim
2 – Não
(passe para o quesito 16)

Subsídio - instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda. (Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.)

Quesito 14 – Os subsídios são:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite dupla marcação)

14.1 - Diretos	quando destinados a determinados usuários. Diferença entre o valor pago pelo consumidor e o valor cobrado pela prestadora é compensada pelo governo ou por outros consumidores.
14.2 - Indiretos	quando destinados à prestadora de serviços públicos (subvenções, empréstimos subsidiados, incentivos fiscais, etc.).

Quesito 15 - Quanto à forma de financiamento dos subsídios, eles são:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite dupla marcação)

15.1 - Tarifários	quando integrarem a estrutura tarifária. Alguns		
	consumidores pagam uma tarifa mais cara para compensar a tarifa mais barata cobrada de outros consumidores. Não há recursos do governo.		
	consumidores. Não há recursos do governo.		
15.2 - Fiscais	quando decorrerem da alocação de recursos		
	orçamentários do governo.		

Quesito 16 – Houve intermitência no abastecimento ou racionamento de água no município nos últimos 12 meses?

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite dupla marcação)

1 – Sim	2 – Não (passe para o quesito 20)	3 – Não sabe (passe para o quesito 20)
---------	--------------------------------------	---

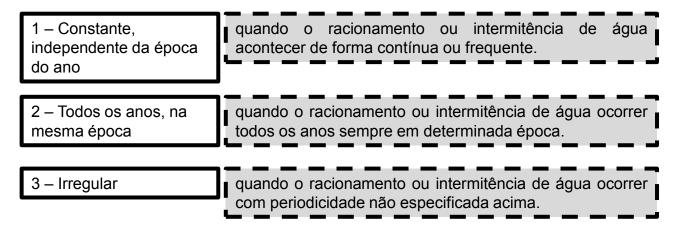
Intermitência no abastecimento de água - interrupção não programada do fornecimento de água por rede geral de distribuição.

Racionamento de água - interrupção programada do fornecimento de água por rede geral de distribuição.

Quesito 17 – Qual foi a periodicidade da intermitência ou racionamento?

Se houve intermitência no abastecimento ou racionamento de água nos últimos 12 meses, informe a periodicidade em que ocorreu.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 18 – Qual foi a frequência da intermitência ou racionamento no episódio de maior duração (em dias) nos últimos 12 meses?

Se houve intermitência no abastecimento ou racionamento de água nos últimos 12 meses, informe com que frequência ocorreu.

 1 - Algumas horas diariamente
 2 - Alguns dias por semana

 4 - 1 dia por quinzena
 5 - 1 dia por mês

 6 - Outra

Quesito 19 – Qual(is) o(s) motivo(s) da intermitência ou racionamento?

Se houve intermitência no abastecimento ou racionamento de água nos últimos 12 meses, informe qual o motivo.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

19.1 - Insuficiência de água no manancial quando o racionamento ou intermitência de água ocorrer por insuficiência de água no manancial.

19.2 - Deficiência na produção de água

quando a deficiência ocorre no sistema produtivo, que é a parte física do sistema de abastecimento de água, constituída de instalações e equipamentos considerados a partir da captação, incluindo as estações elevatórias de água, a adução de água bruta e indo até o tratamento.

19.3 – Deficiência na distribuição de água quando a deficiência ocorre no sistema de distribuição, que é a parte física do sistema de abastecimento de água, constituída de instalações e equipamentos, considerados a partir da(s) saída(s) da(s) unidade(s) de tratamento, destinados a armazenar, transportar e distribuir água potável a uma comunidade, incluindo as unidades de reservação, adução de água tratada, rede de

distribuição e ligações prediais.

19.4 - População flutuante quando o racionamento de água ocorrer por excesso de consumo, ocasionado pelo aumento da população, em determinadas épocas (férias, fins de semana prolongados, festas, trabalho, etc.) e em determinadas localidades de demanda turística ou veraneio, ou mesmo atrativa de mão de obra.

19.5 - Problemas de seca ou estiagem	quando o racionamento de água ocorrer nos períodos de seca/estiagem de algumas regiões, com redução na quantidade de água disponível nos mananciais.
19.6 - Outro	quando existir outro motivo para o racionamento de água que não esteja relacionado.

Quesito 20 – O município possui registro de domicílios que utilizam solução alternativa no abastecimento de água?

Assinale, conforme o caso, a opção:

- 1 Sim
- 2 Não (passe para o quesito 21)
- 3 Desconhece se existem domicílios que utilizam solução alternativa (passe para o quesito 21)
- 4 Não possui domicílios que utilizam solução alternativa (passe para o quesito 21)

Quesito 20.1 – Indique a quantidade de domicílios por solução alternativa:

Se o município possui registro de domicílios que utilizam solução alternativa no abastecimento de água, registre a quantidade de domicílios por solução alternativa.

20.1.1 – Poço profundo
são denominados profundos os poços que captam água de lençóis situados entre duas camadas impermeáveis.
Geralmente de grande profundidade (superior a 50m), com diâmetros reduzidos (normalmente inferiores a 25 cm).

20.1.2 – Poço raso o	u
nascente	

são aqueles que captam água do lençol freático, ou seja, a água que se encontra acima da primeira camada impermeável. Geralmente, não é profundo (com profundidade, em geral, inferior a 30 m) e apresenta diâmetro superior a 80 cm. Nascentes são locais onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea.

20.1.3 – Manancial superficial

é aquele constituído pelos córregos, rios, riachos, lagos, represas, açudes, barramentos, etc. que, como o próprio nome indica, tem o espelho de água na superfície terrestre.

20.1.4 - Carro pipa

transporte de água em caminhões, carroças com tonéis, etc.

20.1.5 - Outra

quando a solução alternativa for diferente das citadas anteriormente.

20.1.6 - Total

Somatório dos itens 20.1.1, 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4 e 20.1.5.



Quando o valor de algum item for desconhecido, preencher com 888888. É necessária atenção no preenchimento dos itens no sistema, neste caso, pois todo o campo terá de ser preenchido com o número 8.

Caso não existam valores em quaisquer dos itens, registre 0 (zero) no último campo à direita.

No caso de algum item ser preenchido com 888888, o total será sempre superior à soma dos valores diferentes de 888888.

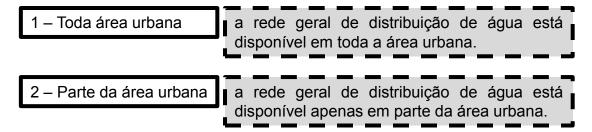


Quesito 21 – A rede geral de distribuição de água do município está disponível na:

21.1 – Área urbana 1 – Sim 2 – Não (passe para o quesito 21.2)

Quesito 21.1.1 - Área de abrangência:

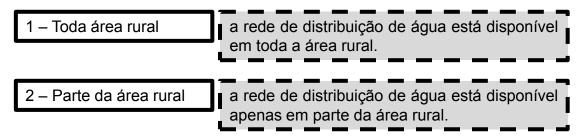
Assinale, conforme o caso, a opção:



21.2 – Área rural 2 – Não 3 – O município não possui área rural

Quesito 21.2.1 - Área de abrangência:

Assinale, conforme o caso, a opção:



Lei 5.172/66, sobre Sistema Tributário Nacional, art. 32:

- § 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
- I meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II abastecimento de água;
- III sistema de esgotos sanitários;
- IV rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição

domiciliar;

- V escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- § 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

► BLOCO 08 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO (ES)



Este bloco só será preenchido se houver pelo menos um distrito registrado no Bloco 05, quesito 7, com o código 1.

Quesito 1 – O órgão municipal gestor do serviço de esgotamento sanitário caracteriza-se como:

Este quesito investiga a caracterização do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário.

Consideramos como secretarias, aquelas unidades organizacionais do governo municipal de primeiro escalão, embora possam ter nomenclatura diferente, podem ser chamadas de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outras.

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Secretaria municipal exclusiva (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor trata da política de saneamento isoladamente.

2 - Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais

quando o órgão gestor trata da política de saneamento em conjunto com outras.

3 - Setor subordinado a outra secretaria

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a outra política.

4 - Setor subordinado diretamente à chefia do executivo (passe para o quesito 3)

quando o órgão gestor é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

5 - Órgão da administração indireta (passe para o quesito 3) quando o órgão gestor da política é uma entidade da administração indireta municipal, podendo se apresentar como uma fundação ou empresa pública, ou sociedade de economia mista ou autarquia.

6 - Não possui estrutura (passe para o quesito 4)

quando não existe estrutura organizacional na prefeitura para a gestão da política de saneamento no município.

Exemplos:

 A gestão do serviço de esgotamento sanitário é feita pela Secretaria Municipal de Saneamento.

Caracterização: Secretaria municipal exclusiva;

Nome do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário: Secretaria Municipal de Saneamento.

2) A gestão do serviço de esgotamento sanitário é feita junto com a de desenvolvimento urbano na Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente.

Caracterização: Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais:

Nome do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário: Secretaria Municipal de Saneamento e Meio Ambiente.

3) A gestão do serviço de esgotamento sanitário é feita em um departamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Caracterização: Setor subordinado a outra secretaria;

Nome do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

4) A gestão do serviço de esgotamento sanitário é feita pelo Gabinete do Prefeito.

Caracterização: Setor subordinado diretamente à chefia do executivo;

Nome do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário: Gabinete do Prefeito.

7) A gestão do serviço de esgotamento sanitário é feita pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

Caracterização: Órgão da administração indireta;

Nome do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário: Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

5) Não existe na prefeitura municipal estrutura organizacional para a gestão do serviço de esgotamento sanitário.

Caracterização: Não possui estrutura;

Nome do órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário: em branco.

Quesito 2 – A qual secretaria ou setor, o órgão municipal gestor do serviço de esgotamento sanitário está associado ou subordinado?

Se existe órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário, caracterizado como secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais ou setor subordinado a outra secretaria, este quesito investiga a quais políticas a gestão do serviço de

esgotamento sanitário está associada (secretaria municipal em conjunto com outras políticas) ou subordinada (setor subordinado a outra secretaria).

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

2.1 – Obras	2.2 - Saúde
2.3 - Meio ambiente	2.4 - Habitação
2.5 - Planejamento	2.6 – Desenvolvimento Urbano
2.7 - Outro	

Quesito 3 – Nome do órgão municipal gestor do serviço de esgotamento sanitário:

Se existe órgão gestor do serviço de esgotamento sanitário, registre o nome do órgão gestor do serviço.

Quesito 4 – A prefeitura possui quadro técnico atuando na área de esgotamento sanitário?

Considere quadro técnico pessoas com curso superior, curso técnico de nível médio ou especialização na área de esgotamento sanitário.

Assinale, conforme o caso, a opção:



Quesito 4.1 - Qual a formação dos funcionários que compõem o quadro técnico?

Se existe quadro técnico atuando na área de esgotamento sanitário, informe a formação dos funcionários.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

4.1.1 – Nível superior 4.1.2 - Nível médio técnico	4.1.3 - Outras
--	----------------

Quesito 5 – Existe fiscalização para implantação de um sistema de esgotamento sanitário para loteamentos novos?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Loteamentos novos - áreas no espaço urbano destinadas às novas construções e que devem seguir padrões técnicos determinados por legislação específica.

Quesito 6 – Responsável pela execução do serviço de esgotamento sanitário por rede de coleta:

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – A prefeitura é a única executora do serviço (passe para o quesito 8) somente a prefeitura executa o serviço de esgotamento sanitário.

2 – Outra(s) entidade(s) é(são) executora(s) do serviço

quando outra(s) entidade(s) pública(s) e/ou privada(s) | executa(m) o serviço de esgotamento sanitário no município, como autarquias, empresas públicas. sociedade de economia mista. público | consórcio (intermunicipal ou interfederativo), empresa privada, fundação, associação, etc.

3 – A prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço

se a prefeitura e outra(s) entidade(s) são executoras do serviço de esgotamento sanitário no município.

Quesito 7 - Instrumento(s) de delegação da prestação de serviço:

Se a execução do serviço de esgotamento sanitário por rede coletora é feita por outra entidade, sem a participação da prefeitura, ou por outra entidade e a prefeitura, informe o instrumento utilizado para a delegação da prestação do serviço.

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite múltipla marcação)

7.1 – Contrato de programa

contrato de delegação da prestação de um serviço público que não exige licitação, estando restrito aos casos em que o prestador de caráter público é contratado no âmbito de cooperação federativa. Ocorre sempre entre dois entes da federação, inclusive órgãos de administração indireta.

7.2 – Contrato de concessão

contrato de delegação da prestação de um serviço público, precedido de licitação nos termos das Leis 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 11.079, de 30 de dezembro de 2004, esta última no caso de parceria público-privada.

7.3 – Convênio administrativo (para associação civil ou comunitária)

forma de delegação da prestação de um serviço público a não titulares, restrita a condomínios ou localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda. A lei 11.445 considera esse instrumento como precário e, portanto, a delegação a entidades que não se encaixem nessas categorias deve acontecer, necessariamente, via contrato de programa ou concessão.

7.4 - Outro

outro instrumento de delegação diferente dos citados anteriormente.

7.5 – Inexistente

não possui instrumento de delegação da prestação de serviço.

Quesito 8 – Número de entidades executoras do serviço de esgotamento sanitário:

Registre o número de entidades que executam serviço de esgotamento sanitário no município, inclusive a prefeitura, quando esta for executora do serviço.



Considerar as entidades que estão operando serviços de esgotamento sanitário, no município, por rede de coleta, na data da coleta.

Quesito 9 - Cadastramento da(s) entidade(s) executora(s) do serviço de

esgotamento sanitário:

Registre as informações cadastrais para cada entidade executora de serviços de esgotamento sanitário no município, inclusive a prefeitura, quando esta for executora do serviço.

Se a entidade executora do serviço de esgotamento sanitário estiver localizada em outro município, sem existência de uma representação da mesma no município onde está sendo executado o serviço, registre o endereço da sede.





Caso existam mais de duas entidades executoras de serviços de esgotamento sanitário no município, utilize a Folha Suplementar de Esgotamento Sanitário.

9.1.1 - Nome ou Razão social:

Registre o nome ou razão social da entidade executora de serviços de esgotamento sanitário. **Não use abreviações ou siglas.**

9.1.2 – Esfera administrativa:

1 - Federal	quando a executora do serviço é da administração pública federal.
2 - Estadual	quando a executora do serviço é da administração pública estadual.
3 - Municipal	quando a executora do serviço é da administração pública municipal.
4 - Privada	quando a executora do serviço é privada.
5 - Interfederativa	quando a executora do serviço é um consórcio público municípios-estados, municípios-estado-União.
6 - Intermunicipal	quando a executora do serviço é um consórcio público intermunicipal.

9.1.3 – Natureza jurídica:

1 - Administração direta do poder público	é o conjunto de órgãos e serviços integrados na chefia do Poder Executivo (federal, estadual ou municipal) e de seus órgãos auxiliares (ministérios, secretarias ou equivalentes).
2 - Autarquia	entidade com personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica, com patrimônio próprio, atribuições públicas específicas e capacidade de auto administrar-se sob controle federal, estadual ou municipal.
3 – Empresa pública	entidade paraestatal, criada por lei, com personalidade jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, de uma só ou de várias entidades, mas sempre capital público.
4 - Sociedade de economia mista	entidade paraestatal, criada por lei, com capital público e privado, maioria pública nas ações com direito a voto, gestão exclusivamente pública, com todos os dirigentes indicados pelo poder público.
5 - Consórcio público	entidade pública resultante de acordo formal entre dois ou mais municípios do mesmo estado (Consórcio Intermunicipal), ou entre município(s) e estado(s) ou entre município(s), estado(s) e a União (Consórcio interfederativo).
6 - Empresa privada	empresa com capital predominante ou integralmente privado, administrada exclusivamente por particulares.
7 - Fundação	considerar neste item as fundações públicas ou privadas.
8 - Associação	entidade da sociedade civil organizada, sem fins lucrativos, à qual tenha sido delegada a administração dos serviços (associações de moradores, por exemplo).
9 - Outra	entidade cuja constituição jurídica não esteja discriminada anteriormente.

Natureza jurídica - forma jurídica segundo a qual foi constituída a entidade responsável pelo serviço de esgotamento sanitário no município. A natureza jurídica define a caracterização da entidade do ponto de vista legal e fiscal.

Fundação pública – a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes (art. 5°, IV do Decreto-Lei nº 200/67).

Fundação privada - fundação criada pela iniciativa particular, pessoa física e/ou pessoa jurídica, regida inteiramente pelo direito privado, previstas nos artigos 44, inciso III, e 62 a 69 da Lei nº 10.406, de 07/01/2002 (Código Civil).

9.1.4 - CNPJ:

Registre o número do CNPJ da entidade executora de serviços de esgotamento sanitário.

9.1.5 - Telefone:

Registre o número do DDD e do telefone da entidade executora de serviços de esgotamento sanitário.

9.1.6 - Logradouro:

Registre o tipo do logradouro (rua, avenida, rodovia, praça, etc.) e o nome do logradouro, por extenso, onde está localizada a entidade executora de serviços de esgotamento sanitário. Somente nos casos em que os campos disponíveis no quesito não sejam suficientes para o preenchimento por extenso do endereço, poderão ser utilizadas abreviaturas, como por exemplo: R. (rua), Av. (avenida) e Pç (praça), etc.

9.1.7 - Número:

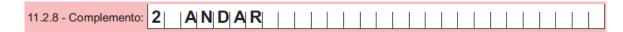
Registre o número do prédio onde está localizada a entidade executora de serviços de esgotamento sanitário. Caso o prédio não possua numeração, o quesito pode ficar em branco.

9.1.8 – Complemento:

Registre o tipo de complemento (bloco, grupo, andar, sala, loja, etc) do endereço do logradouro onde está localizada a entidade executora de serviços de esgotamento sanitário, deixando, se possível, um espaço em branco entre as palavras. *Caso não*

possua complemento, o quesito pode ficar em branco.

Exemplo:



9.1.9 - Bairro:

Registre o nome do bairro, por extenso, onde está localizada a entidade executora de serviços de esgotamento sanitário. Caso o município de localização da entidade executora de serviços não possua divisão por bairro, o quesito pode ficar em branco.

9.1.10 - CEP:

Registre o CEP do logradouro onde está localizada a entidade executora de serviços de esgotamento sanitário.

9.1.11 - E-mail:

Registre o e-mail/endereço eletrônico da entidade executora de serviços de esgotamento sanitário.

Todo endereço de e-mail traz o símbolo "@".

9.1.12 – Endereço do site:

Registre o endereço da página na internet (página web) da entidade executora de serviços de esgotamento sanitário.

No questionário já está impresso o www., portanto não deverá ser registrado novamente no espaço destinado ao endereço da página.

Quesito 10 – Existe cobrança de tarifa pelo serviço de esgotamento sanitário?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 - Sim

2 - Não

Quesito 11 – Existe algum tipo de subsídio para os serviços de esgotamento sanitário?

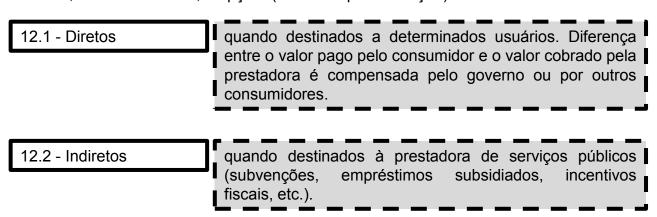
Assinale, conforme o caso, a opção:



Subsídio - instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda. (Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.)

Quesito 12 - Os subsídios são:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite dupla marcação)



Quesito 13 – Quanto à forma de financiamento dos subsídios, eles são:

Assinale, conforme o caso, a opção: (admite dupla marcação)

quando integrarem a estrutura tarifária. Alguns consumidores pagam uma tarifa mais cara para compensar a tarifa mais barata cobrada de outros consumidores. Não há recursos do governo.

13.2 - Fiscais quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários do governo.

Quesito 14 – O município possui registro de domicílios que utilizam fossa séptica como solução alternativa no esgotamento sanitário?

Assinale, conforme o caso, a opção:

1 – Sim

2 – Não (passe para o quesito 15)

3 – Desconhece se existem domicílios que utilizam fossa séptica como solução alternativa (passe para o quesito 15)

4 – Não possui domicílios que utilizam fossa séptica como solução alternativa (passe para o quesito 15)

Quesito 14.1 – Indique a quantidade de domicílios:

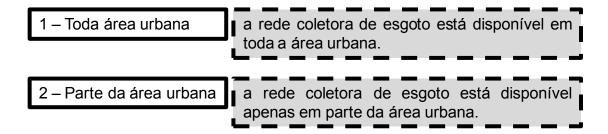
Se o município possui registro de domicílios que utilizam fossa séptica como solução alternativa no esgotamento sanitário, registre a quantidade de domicílios.

Quesito 15 – A rede coletora de esgoto do município está disponível na:

Assinale, conforme o caso, a opção:

15.1 – Área urbana 2 – Não (passe para o quesito 15.2)

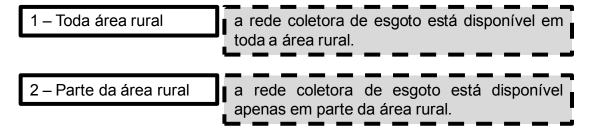
Quesito 15.1.1 - Área de abrangência:



15.2 – Área rural 2 – Não 3 – O município não possui área rural

Quesito 15.2.1 - Área de abrangência:

Assinale, conforme o caso, a opção:



Lei 5.172/66, sobre Sistema Tributário Nacional, art. 32:

- § 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
- I meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II abastecimento de água;
- III sistema de esgotos sanitários:
- IV rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.
- § 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

CHEFE DA COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS **Bárbara Cobo Soares**

GERENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS Cristiane dos Santos Moutinho

GERÊNCIA DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS Vânia Maria Pacheco

EQUIPE TÉCNICA DA PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS Marzulo Pagani Vivacqua Rosane Teixeira de Siqueira e Oliveira Sandra Maria Barreto

EQUIPE TÉCNICA DA PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO Fátima de Carvalho Madeira Gabriela Freitas da Cruz Herleif Novaes Roberg Marco Cícero Noce de Paula Maciel Maria Goreth Santos Silvia Reise Bregman